



Nº 1169 - Semanal
0,50 €

26 Setembro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt



DEMITA-SE

A SEMANA REVISTA

Após o conhecimento do relatório da Polícia Judiciária, Ferro Rodrigues pediu a demissão do ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas, alegando que os factos novos revelam uma situação séria e grave.

Dada a insuficiência de explicações dadas pela ministra da Justiça na 1ª Comissão da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PS decidiu avançar com uma Comissão de Inquérito que investigue os actos do Governo relativos à Polícia Judiciária.

Sob a presidência de Ferro Rodrigues, realizou-se a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS. Em conferência de Imprensa, após a reunião, o secretário-geral do PS voltou a pedir a demissão de Paulo Portas.

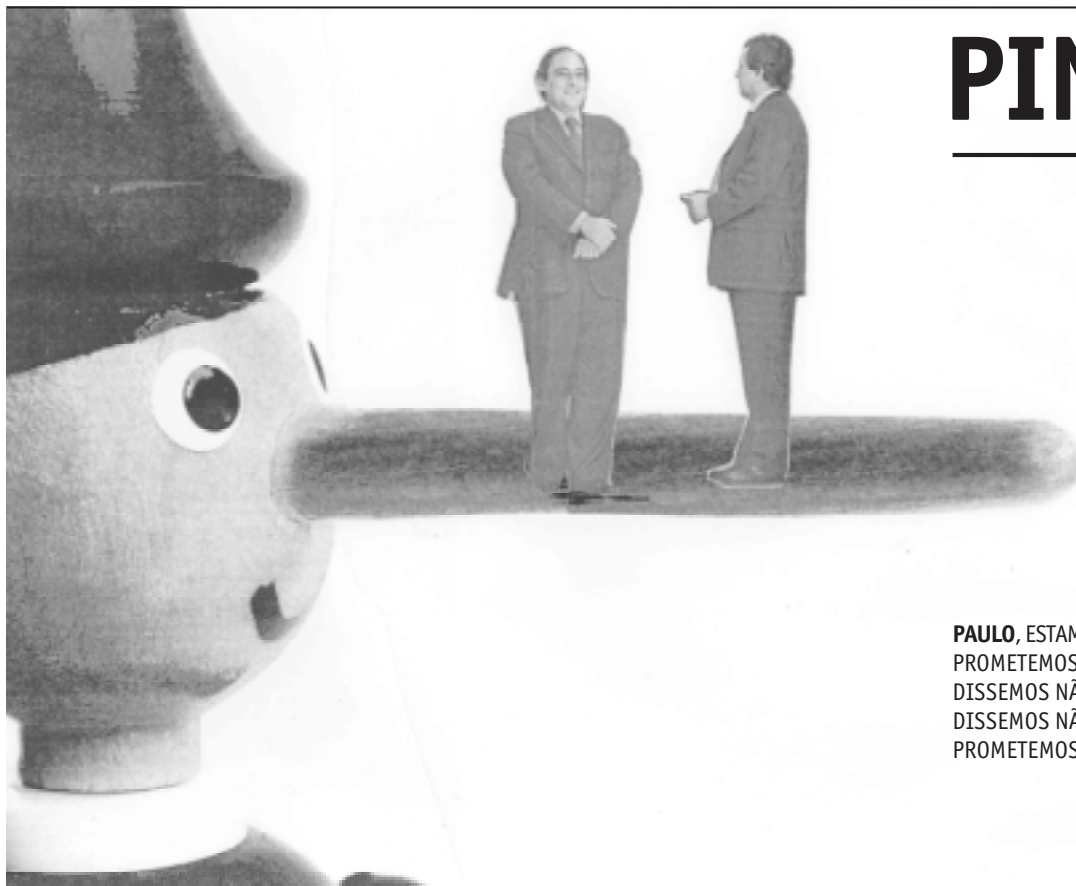
O dirigente nacional do PS José Sócrates participou no ciclo de "Conferências da Amadora" subordinadas ao tema "O PS, Portugal que futuro" no auditório da Câmara Municipal da Amadora.

O líder da bancada socialista, António Costa, esteve presente na Secção do PS/Benfica num debate sobre a "Análise da situação política".

Presidida pelo autarca socialista Mesquita Machado, realizou-se em Bruxelas uma reunião da Comissão Política Social Económica do Comité das Regiões.

O Presidente da República iniciou uma visita de três dias à Bulgária, onde assinou um acordo que estabelece regras para a imigração e contratação de trabalhadores búlgaros.

Promovido pela Secção do Desenvolvimento Sustentável do PS, realizou-se ontem um jantar-debate sobre "A Declaração de Princípios e o Projecto do PS para Portugal", inserido na iniciativa "ciclo de debates do Loreto".



PINÓQUIOS

ANTÓNIO COLAÇO

PAULO, ESTAMOS A **MENTIR** DE EMAIS E COM TODOS OS DENTES!
 PROMETEMOS BAIXAR OS **IMPOSTOS** !
 DISSEMOS NÃO À **OTA**!
 DISSEMOS NÃO AO **TGV**!
 PROMETEMOS **TRANSPARÊNCIA** NA VIDA POLITICA E TU...

Nunca, como hoje, a política foi tão mal vista pelos nossos concidadãos, mercê da imagem degradante de um ministro que inventa lóbis, atentados, cabalas, campanhas, convoca manifestações de desagravo e se recusa ir à Assembleia da República explicar aos representantes do povo as legítimas e fundadas dúvidas que todos continuamos a ter.

O tempo político acelerou enormemente na última semana, após o pedido de demissão pelo PS do ministro de Estado e da Defesa que se tem recusado sistematicamente a dar explicações na Assembleia da República, e depois dos socialistas terem avançado para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue os actos do Governo em relação à Polícia Judiciária.

Para um Governo que leva meio ano em funções, estas duas situações, mas particularmente a primeira, já causaram mais estragos ao Executivo do que seria imaginável aquando da *rentrée* em que ambos os partidos da coligação apareceram envoltos numa dinâmica que rapidamente se esfumou. Mas, o mais grave é que quer o PSD quer o CDS não se dão conta que estão a conduzir, eles sim, o País para um pântano de consequências muito perigosas e, no limite, para uma crise política. Teimando na máxima do "Eu fico", mas sem quaisquer explicações, a obstinação de Paulo Portas está a poluir o ar político que se respira no Governo, na Assembleia da República, e nos próprios partidos que compõem a coligação, além de que envenena também os fundamentos do nosso regime democrático e contribui para afastar ainda mais os cidadãos da actividade política.

Nunca, como hoje, a política foi tão mal vista pelos nossos concidadãos, mercê da imagem degradante de um ministro que inventa lóbis, atentados, cabalas, campanhas, convoca manifestações de desagravo e se recusa ir à Assembleia da República explicar aos representantes do povo as legítimas e fundadas dúvidas que todos continuamos a ter.

Talvez, por isso, a palavra de ordem que passou agora a ser "Eu não falo", na esperança de que o silêncio conduza ao esquecimento e varra, por assim dizer, uma poeira que teima em não assentar. Mas este é daqueles silêncios ensurdecedores que tem o efeito de provocar as reacções exactamente contrárias às pretendidas. Quanto mais demorem

EDITORIAL

O VERDADEIRO PÂNTANO

as explicações, pior para o Governo, para o ministro de Estado e da Defesa, e para o primeiro-ministro que vê colado à sua própria pele não o mérito ou o demérito das medidas que define, mas a cumplicidade refém de quem não tem fuga possível.

O rolo compressor com que a actual maioria pretende esmagar a iniludível realidade cair-lhe-á em cima com toda a força da verdade. Mais tarde ou mais cedo, o pântano terá de voltar a ser drenado para que a dimensão ética reencontre o seu lugar na política.

A ética republicana e democrática não é compaginável com as atoardas e aleivosias a que todos os dias somos sujeitos pelos principais responsáveis dos partidos da maioria. Exigia-se um mínimo de decoro e de sentido de Estado. Assim, se o que é elementar, as regras da democracia, é ignorado, nunca o essencial, o desenvolvimento e o progresso, poderá ser alcançado.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva



REQUERIMENTO

PS QUER OUVIR PORTAS SOBRE OS "LOBBIES"

Os deputados do Partido Socialista apresentaram um requerimento dirigido ao Presidente da Comissão de Defesa para que sejam convocados o ministro da Defesa Nacional, Paulo Portas, e os dirigentes do Partido Popular António Pires de Lima e Luís Nobre Guedes para prestar esclarecimentos na referida Comissão.

Em causa estão as declarações do ministro da Defesa, segundo as quais "a sua actuação estará a ser objecto da pressão de "lobbies", sobre os quais terá sido avisado". E, por outro lado, as afirmações dos dirigentes populares, que têm insinuado que o ministro da Defesa, com algumas decisões tomadas no que se refere a certos contratos, estará a mexer com interesses instalados e "lobbies" que "reagem mal quando incomodados".

Os socialistas consideram ainda que estas intervenções públicas "criam um clima de suspeição e de intranquilidade que tem de ser imediatamente superado através do esclarecimento definitivo".

Por último, os parlamentares socialistas sustentam que se se confirmassem as situações descritas por Paulo Portas, António Pires de Lima e Luís Nobre Guedes, "estariámos perante uma grave ameaça do Estado de Direito que deveria ser combatida por todos, cabendo ao ministro da Defesa indicar quais as medidas que já adoptou para fazer cessar a actividade ilegítima de tais lobbies e representantes de interesses, bem como quais aquelas que serão adoptadas de futuro".

POLÍCIA JUDICIÁRIA

PARTIDO SOCIALISTA AVANÇA COM COMISSÃO DE INQUÉRITO

Os deputados socialistas não ficaram convencidos e muito menos esclarecidos com as respostas da ministra da Justiça, chamada à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para das explicações sobre as demissões na Polícia Judiciária e as alegadas escutas telefónicas ilegais. Por isso, após uma reunião da direcção da bancada, o PS decidiu avançar mesmo, embora a contragosto, para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito de forma a apurar a verdade que falta esclarecer.



Após cerca de duas horas de justificações, os “esclarecimentos que a senhora ministra deu não satisfizeram”. Foram mesmo “decepcionantes”. Quem o disse foi Alberto Martins, o último deputado a intervir na reunião da 1ª Comissão Parlamentar que ouviu, terça-feira, pela segunda vez, Celeste Cardona.

Alberto Martins declarou que continuavam a existir “dúvidas consistentes” sobre a reorganização da Polícia Judiciária promovida pela ministra “popular”, havendo inclusivamente a possibilidade de esse processo “contribuir para o desmantelamento de serviços da polícia que têm grande eficácia”. “Há questões em cima da mesa quanto à natureza das demissões, quanto à alteração organizacional, quanto à matéria das escutas que são sucessivamente relevantes para que as dúvidas sejam dissipadas”, reiterou, lembrando que o PS não pretende acusar ninguém, mas deverá “colocar à consideração da direcção do grupo parlamentar a eventualidade de uma comissão de inquérito sobre esta matéria”.

“A questão das demissões é da sua responsabilidade política, sobretudo, quando estão em causa suspeitas de ilegítima interferência do Governo na direcção da PJ”, frisou Martins, dirigindo-se a Cardona, depois de tê-la ouvido dispersar responsabilidades na demissão da procuradora geral adjunta Maria José Morgado e no afastamento de Pedro Cunha Lopes, ex-responsável pelo combate ao banditismo.

“Há pessoas que não esclareceram tudo, alegando estarem condicionadas pelo segredo profissional (caso de Maria José Morgado), mas a Assembleia da República tem possibilidade de ultrapassar esses condicionalismos através de um inquérito

parlamentar”, recordou o parlamentar socialista.

Perante a insistência da ministra na necessidade de evitar interpretações especulativas, Alberto Martins recordou que

na mesa de discussão não estavam factos novos, nem acusações. “Temos dúvidas legítimas e queremos colocá-las”, afirmou, acrescentando que na bancada do PS existiam receios sobre o “destino desta (PJ) instituição

fundamental para a segurança do País”.

Por seu turno, o deputado Jorge Lação levantou a hipótese de o novo modelo orgânico da judiciária invadir terrenos e competências de outras instituições. Se for mesmo o caso, alertou Lação, tornar-se-ia necessária de uma intervenção legislativa da Assembleia da República.

O parlamentar do PS denunciou igualmente a intenção da ministra da Justiça de “demitir-se das suas responsabilidades políticas” na sequência das saídas de Morgado e Cunha Lopes.

“Tudo o que se passou é da única responsabilidade do critério do director nacional da PJ”, questionou o deputado do GP/PS, lembrando a Celeste Cardoso que, ao assinar o despacho conjunto, não se limitava a ratificar as nomeações propostas pelo director nacional Adelino Salgado, mas era “co-responsável por elas”.

“Para quem tem a responsabilidade solidária neste processo, a senhora ministra não tem nenhuma avaliação política a fazer neste aspecto”, perguntou.

Jorge Lação interpelou ainda Celeste Cardoso sobre a necessidade de aplicar medidas que alteram “consensos amplamente alcançados num passado recente”, que “deram muito trabalho” e que “ainda não foram testados ou estudados”.

GOVERNO QUER ENCOBRIR A VERDADE

As declarações contraditórias sobre as demissões na direcção da Polícia Judiciária (PJ) e as palavras pouco convincentes e nada esclarecedoras da ministra da Justiça levam a concluir que o Governo está a tentar “encobrir a verdade” dos factos.

A denúncia foi feita pelo líder da bancada socialista, que formalizou já o pedido de abertura de um inquérito parlamentar sobre os actos praticados pelo Executivo em relação a esta instituição.

“Não deixaremos que a credibilidade da PJ seja atingida” e, por essa razão, o objecto do inquérito parlamentar “são os actos da responsabilidade do Governo”, frisou António Costa, que acusou a coligação PSD/PP de “continuar a não assumir as suas responsabilidades” em matéria de combate à criminalidade.

“Ainda hoje (terça-feira), a ministra da Justiça continuou a esconder-se atrás do director nacional da PJ, ignorando a existência de graves contradições de facto” sobre o que se tem passado nos últimos meses naquela polícia, referiu Costa, acrescentando que “a verdade não pode ficar nas entrelinhas” e que a abertura de um inquérito “permitirá proceder-se à audição de pessoas libertas do segredo profissional”.

No objecto do inquérito parlamentar do PS não estará a questão das alegadas escutas telefónicas ilegais feitas pela PJ no âmbito das suas investigações.

Segundo o presidente do GP/PS, esses rumores, “já desmentidos pela Directoria Nacional da PJ, foram um operação montada para tentar desacreditizar Maria José Morgado” e cujos autores, “no fundo, gostariam de proteger o crime económico”.

M.R.

MARY ROPDRIGUES

CASO MODERNA

FERRO RODRIGUES PEDE DEMISSÃO DE PORTAS

O primeiro pedido de demissão de Paulo Portas ocorreu na quinta-feira da semana passada com base na consideração de que a continuidade em funções do ministro de Estado e da Defesa coloca em causa a "dignidade das instituições democráticas", dadas as conclusões muito graves do relatório da PJ acerca das suas relações com a Universidade Moderna. Anteontem, após a reunião do Secretariado Nacional, Ferro Rodrigues voltou a pedir a o afastamento de Portas, que "deve demitir-se ou ser demitido", uma vez que está em causa "a dignidade das mais altas instituições do Estado e a credibilidade do funcionamento do sistema democrático".

Segundo o líder socialista, "não é aceitável numa democracia estabilizada - e é chocante que o primeiro-ministro não tenha essa percepção - que Paulo Portas contorne a responsabilidade política que tem para com o Parlamento, enquanto ministro de Estado e da Defesa, quando estão em causa sérias dúvidas sobre a sua capacidade para o desempenho dessas funções, e que substitua essa responsabilidade política por manifestações comicistas, num exercício de demagogia populista de que não há memória na nossa democracia".

"É o primeiro-ministro que tem a primeira responsabilidade para com os portugueses, foi o partido de que é líder, o PSD (e não o CDS-PP), que ganhou as eleições", frisou o secretário-geral do PS, sublinhando que é a Durão Barroso "que os portugueses exigem a salvaguarda da dignidade e da estabilidade do Governo" perante "a manifesta falta de sentido de Estado do ministro da Defesa".

Após reafirmar que não está em causa a legitimidade do Governo, Ferro Rodrigues sublinhou que "o que está em causa é exclusivamente a manifesta ausência de condições de um membro do Governo para continuar no cargo".

Neste quadro, o líder do PS disse que Durão Barroso "só tem um caminho para travar a instabilidade política que o autismo de Paulo Portas está a gerar no País e para assegurar a confiança dos portugueses na lisura e transparência das instituições democráticas".

Para Ferro Rodrigues, esse caminho passa por "demitir" Paulo Portas do Governo. "Julgo que



Durão Barroso, a esta hora, já tomou consciência desta necessidade, mas é bom que o faça a tempo", acrescentou.

Na conferência de Imprensa, Ferro Rodrigues considerou ainda "inaceitável" as afirmações do ministro de Estado e da Defesa de relacionar "os problemas que está a ter com o caso Moderna se devem a pressões, eventualmente criminosas, sobre a forma como desempenha as suas funções no Governo, e que depois se recuse a delas dar conta ao Parlamento".

Assim, na opinião do secretário-geral do PS "ou o ministro da Defesa inventou a existência de tais pressões para se furtar à sua responsabilidade política relativamente ao caso Moderna - e então fica clara a total irresponsabilidade com que desempenha as suas elevadíssimas funções de Estado -, ou, se de facto existirem pressões, é absolutamente inaceitável que não as denuncie no Parlamento e que o primeiro-ministro não as transmita de imediato ao Presidente da República".

Para Ferro Rodrigues, "o ministro de Estado e da Defesa tem que perceber, a bem do Estado português, que não pode arrastar o Ministério da Defesa para a controvérsia política em que está envolvido".

Ferro Rodrigues justificou também as razões do

PS para pedir a abertura de uma comissão de inquérito parlamentar sobre a actuação do Governo em relação à Polícia Judiciária, considerando que os esclarecimentos da ministra da Justiça feitas no mesmo dia em comissão parlamentar "foram manifestamente insuficientes, designadamente para apurar todas as motivações que levaram Maria José Morgado a apresentar a sua demissão".

"O PS entende que a credibilidade das instituições não pode conviver com dúvidas ou sombras de quaisquer tipo e que toda a verdade (sobre as recentes demissões na PJ) tem estado encoberta pelo sigilo profissional que os senhores magistrados, no cumprimento das suas obrigações legais, invocaram perante a comissão", disse. O líder do PS quis deixar ainda bem vincado que "a PJ e a sua actuação têm que ficar claramente fora de qualquer inquérito".

Conclusão da PJ é séria e grave

Recorde-se que o primeiro pedido de demissão de Paulo Portas foi apresentado por Ferro Rodrigues na passada quinta-feira após o líder parlamentar do PS, António Costa, ter feito no dia anterior à noite um ultimato ao ministro de Estado e da Defesa para que se disponibilizasse até às 12 horas

de quinta-feira a explicar no Parlamento as suas relações com a Universidade Moderna.

Numa declaração de Imprensa, o secretário-geral socialista, que se encontrava acompanhado por António Costa, começou por citar uma das conclusões do relatório da Polícia Judiciária após as investigações à Universidade Moderna, no qual se faz referência a duas empresas geridas por Paulo Portas, a Amostra e a Boas Festas.

"Quer a Amostra, quer a Boas Festas, mais não representavam que extensões financeiras da Dinensino (cooperativa gestora da Universidade Moderna), concebidas por José Braga Gonçalves, que está preso, para, utilizando terceiros, dar origem a saídas financeiras da cooperativa e justificar pagamentos para a esfera privada de José Braga Gonçalves", referiu Ferro Rodrigues, baseando-se no relatório da PJ.

Ferro Rodrigues recordou ainda a conclusão da PJ de que "entre a Dinensino e José Braga Gonçalves, este limitou-se a colocar a Amostra e a Boas Festas, visando criar aparências de uma circulação legítima de dinheiro".

"Esta é uma conclusão da PJ muito grave e séria, tirada já após Paulo Portas ter sido ouvido sucessivamente" sobre o assunto, sublinhou o secretário-geral socialista.

De acordo com Ferro Rodrigues, essas conclusões "implicam a existência de sérios indícios sobre a participação de Paulo Portas num esquema que visava retirar dinheiro de uma instituição de utilidade pública, em boa parte proveniente dos alunos, para proveito próprio e ilegítimo de algumas pessoas".

Face a estas dados, Ferro Rodrigues adiantou que o PS "quis ouvir no Parlamento as explicações do ministro de Estado e da Defesa, por forma a que ficasse cabalmente esclarecido o fundamento (ou não) de tais conclusões da PJ".

"Ao recusar-se repetidamente a estar presente na Assembleia da República, Paulo Portas incorre adicionalmente num grave desrespeito ao Parlamento, perante o qual tem o dever democrático de responder", apontou o líder socialista.

Ferro Rodrigues fez ainda questão de sublinhar que as conclusões da PJ "nunca foram refutadas e, assim sendo, Paulo Portas não tem quaisquer condições para continuar a exercer o cargo de ministro de Estado e da Defesa", devendo por isso "demitir-se".

No entanto, o secretário-geral do PS separou a situação particular de Paulo Portas da do Governo no seu conjunto - isto, após o ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, na quarta-feira, ter desafiado a oposição a apresentar uma moção de censura ao Executivo.

"O que está em causa é a dignidade das instituições democráticas e a ausência de condições de Paulo Portas para exercer funções ao mais alto nível do Governo como ministro de Estado e da Defesa, e não a legitimidade do Governo liderado por Durão Barroso para continuar a exercer as suas funções", explicou Ferro Rodrigues.

PS CONGRATULA-SE COM ADIAMENTO DAS METAS DO PEC

Na conferência de Imprensa após a reunião do Secretariado Nacional, Ferro Rodrigues, afirmou que o PS congratula-se "com as notícias do adiamento para 2006 das metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)", aproveitando para lembrar que "a posição afirmada pelo PS no sentido do balanço do PEC visando a sua articulação com o crescimento económico europeu foi catalogada como catalogada como irresponsável pelo PSD"

PLENÁRIO DE MILITANTES

PEDROSO REFORÇA PEDIDO DE DEMISSÃO DE PORTAS

O porta-voz do Partido Socialista reafirmou o pedido de demissão do ministro do Estado e da Defesa, Paulo Portas, durante o encontro distrital dos socialistas de Braga.

Paulo Pedroso iniciou a sessão com a polémica que envolve Paulo Portas no processo da Universidade Moderna e as conclusões das investigações da polícia que relacionam o envolvimento do ministro da Defesa com o sistema que levou ao aproveitamento ilícito de dinheiros públicos, designadamente, através das suas ligações passadas às empresas “Amostra” e “Boas Festas”.

Para Pedroso, as conclusões da PJ só pretendem dizer que “entre uma instituição de utilidade pública – a Universidade Moderna – que é financiada com o dinheiro de propinas dos estudantes, e cidadãos que visavam aproveitar-se ilegitimamente dessas verbas, fazendo-o sair dessa instituição, foram colocadas duas empresas em que o gestor era Paulo Portas o que prova o seu envolvimento no caso”.

O dirigente socialista esclarece que, desta forma, o ministro “não tem condições para exercer o cargo”.

Perante uma plateia repleta de militantes socialistas, Paulo Pedroso classificou a atitude do titular da pasta da Defesa como um “acto ensaiado” e que “colocou em causa a dignidade das instituições democráticas do País”

salientando que nesta matéria, “o PS não recebe lições de ninguém”. Assim, reforçou o pedido de demissão de Portas, depois de este “nem sequer ter desmentido em público o relatório da PJ”, e ter “negado dar explicações perante os deputados”.

Na análise às orientações políticas do País, Pedroso considera que o Governo está afastado das soluções dos problemas financeiros de Portugal, prolongando “até ao limite do absurdo” a oposição ao programa anterior e persistindo num debate sobre o passado que não aumenta o estímulo à confiança dos trabalhadores.

Segundo o presidente da COC, “há sacrifícios desnecessários que fazem com que o justo esteja a pagar pelo pecador”, nomeadamente no que diz respeito a matérias que envolvem o combate à fraude fiscal e o corte nos benefícios ao crédito à habitação.

Mais, “há razões sérias e dúvidas fundadas sobre uma diminuição sobre a taxação dos lucros dos ‘off-shores’ no conjunto dos grupos bancários”. Paulo Pedroso adiantou que o assunto será em breve questionado através de um parecer endereçado à Procuradoria Geral da República.

Sobre o novo Código de Trabalho, Pedroso adianta que este oculta aspectos mais graves. “Não há razão para liberalizar os despedi-



mentos”, afirmou o camarada, salientando que o documento está embrulhado numa ofensiva ideológica demagógica e antidemocrática.

As declarações de Paulo Pedroso foram proferidas no âmbito dos plenários de militantes, realizados de 19 a 22 de Setembro,

uma iniciativa de contacto próximo com as bases do PS que implicou a deslocação de alguns dirigentes socialistas, entre os quais José Sócrates, Maria de Belém, Vitalino Canas Augusto Santos Silva e Carlos Zorrinho, a maioria das federações do PS.

SENSIBILIDADE DE JOÃO SOARES REÚNE EM ALPIARÇA

“Esta é uma oportunidade para fazer uma reflexão sobre a situação do país e dar um contributo para a afirmação do PS nos combates que tem pela frente”. Foi assim que João Soares caracterizou o almoço que todos os anos reúne, em Alpiarça, a sensibilidade que lidera no interior do PS.

“Esta não é uma reunião de facção. Não somos uma facção dentro do PS. Somos o que tradicionalmente se chama uma sensibilidade, um grupo de amigos que na sua esmagadora maioria faz parte da direcção do PS e que estão fiel e firmemente com o secretário-geral Ferró Rodrigues”, sublinhou.

Numa análise à situação do País, o ex-presidente da Câmara de Lisboa disse que está “claramente pior” do que a existente há um ano, quando o PS ainda era Governo, salientando que os portugueses “começam a sentir que os socialistas têm um contributo a dar na afirmação de um projecto e de uma estratégia para o País”.

“Estamos aqui para afirmar os valores do PS no quadro do que tem de ser a estratégia para o País, no plano internacional e no plano interno”, afirmou.

Na sua intervenção, João Soares acusou ainda o Governo de pôr Portugal “a reboque dos Estados Unidos nas aventuras mais loucas”.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

PS/LEIRIA CONTRA DESRESPONSABILIZAÇÃO DA CÂMARA

A Comissão Política Concelhia do PS/Leiria repudiou, num comunicado, “a situação a que a Câmara deixou chegar o serviço municipal de abastecimento de água”, referindo ter sido com “deslumbramento” que assistiu às justificações vinculadas pela presidente da autarquia, quando transmitiu à população de Leiria e ao País os motivos da “lamentável” falta de abastecimento de água.

“Não é uma responsabilidade autárquica assegurar o abastecimento de água ao concelho, bem como prevenir responsabilidades destas?”, perguntam os socialistas leirienses, lembrando que “a rede de abastecimento de água e as captações apresentam problemas graves e precariedades só possíveis devido ao reduzido investimento dos executivos PSD das duas últimas décadas”.

Neste contexto, o PS/Leiria considera “afrontoso aceitar tamanha desculpabilização e desresponsabilização por parte deste Executivo do PSD” e adianta que “não vai pactuar silenciosamente e permitir que situações destas se voltem a repetir”.

Por isso, o PS vai exigir o reforço do investimento em saneamento básico e abastecimento de água no concelho nos próximos dois anos e ainda a preparação de um Plano de Acção Municipal que constitua um compromisso político claro das obras que são necessárias que são necessárias ser realizadas no âmbito do saneamento básico e abastecimento de água.

COSTA NA SECÇÃO DE BENFICA

DEVERES DE OPOSIÇÃO

Lamentando que o debate político esteja a ser feito em torno de pessoas e não de ideias, como seria desejável, António Costa não tem dúvidas que há deveres que os partidos da oposição "não podem deixar de cumprir". Para o líder parlamentar do PS, é inaceitável que o Dr. Barroso e o Governo estejam prisioneiros do PP. Independentemente da situação jurídica de Paulo Portas, o que está em causa é, no plano político, saber há ou não condições para a continuação do ministro de Estado e da Defesa no exercício das suas funções.

Marcada desde Julho para análise da situação política, a reunião de militantes da Secção de Benfica, em Lisboa, com António Costa coincidiu com o preciso dia em que o PS pediu a demissão do ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas, um motivo acrescido, portanto, para a presença dos militantes desta estrutura que encheram por completo a sala de reunião. O líder da bancada socialista começou por enquadrar a situação política a partir do posicionamento estratégico do PS como partido de oposição "séria e responsável", para de seguida afirmar que "não devemos definir a nossa estratégia no pressuposto errado de que o PSD e o PP, não se vão entender, porque eles vão entender-se". Para, de imediato, passar ao ataque ao Executivo, com particular incidência nas áreas social e fiscal.

"O Governo não foi capaz de controlar a despesa e o aumento do IVA não permitiu o aumento das receitas fiscais", afirmou António Costa que também o acusou de ser o responsável pela deterioração da nossa situação económica e pela "enorme iniquidade fiscal que é a marca distintiva deste Governo".

Nas áreas sociais, a crítica global à política que vem sendo seguida é consubstanciada na afirmação de que "o Governo está a desgarnecer o serviço público para dar aso aos privados". A grande marca, segundo António Costa, é dada pela legislação laboral quando "tentam fazer passar a mensagem de que as leis laborais são o centro da produtividade da economia portuguesa". A solução que o PS defende para esta questão, reside na valorização do trabalho e do valor do trabalho, estando a "chave na capacidade de inovação, formação e gestão das empresas", considerou António Costa, para quem "em nome da globalização, não podemos aceitar que modelos menos desenvolvidos tentem ser aplicados em Portugal".

Caso Portas

Com a presença bem viva na memória de todos do pedido de demissão de Paulo Portas pelo



secretário-geral do PS, foi natural a afirmação do líder parlamentar de que "a actual situação política é dominada por questões muito graves que estão a tocar a credibilidade das instituições". Mas, para António Costa, "o maior perigo desta situação é a ideia de que isto da política é tudo um jogo de amigos e que há uma panelinha em que todos vão metendo a mão. Isto é inaceitável".

Costa explicou depois, ponto por ponto, cada um dos passos dados pelo PS até ao pedido de demissão de Paulo Portas, face ao relatório da PJ solicitado ao procurador, de cuja leitura resulta "um quadro mais grave do que a notícia que vem nos jornais".

Colocando sempre o caso no terreno político, António Costa disse que "não estamos a discutir se há ou não crime", acrescentado

que "aquilo que se discute é saber se aquela pessoa tem ou não condições para exercer as suas funções".

Depois de dar exemplos de socialistas que se demitiram do Governo por razões nada comparáveis, como foi o caso de António Vítorino, Murteira Nabo ou Walter Rosa, o líder da bancada concluiu que "ser membro do Governo é ter deveres especiais para com os cidadãos". Peremptório na afirmação de que "tem que haver limites para o populismo", referindo-se a Portas, António Costa considerou que "ele não tem consciência de que aquilo que sobre ele se tem dito é da maior gravidade. E também não tem consciência que tem de dar explicações".

No plano da governação, Costa afirmou que "não há uma tentativa para derrubar o Governo

que é suportado por uma maioria parlamentar, que tem toda a legitimidade e as condições para governar". O que é inaceitável, para António Costa, é o facto do Dr. Barroso e do Governo estarem prisioneiros do PP. "O CDS/PP é o quarto partido português. O Dr. Paulo Portas não foi votado para ir para nenhum Governo. Ele já se convenceu de que ganhou as eleições", afirmou o líder da bancada socialista na Assembleia da República que terminou a sua intervenção inicial com um desabafo: "É desagradável quando em vez do debate de ideias, o debate se faz em torno de uma pessoa. Mas há deveres que os partidos da oposição não podem deixar de cumprir".

Estratégia a quatro anos

Seguiu-se depois um debate vivo sobre educação, trabalho economia, aproveitamento e execução de fundos comunitários com os militantes naquela que é, após o processo de refiliação, a maior Secção de Lisboa, como fez questão de lembrar o seu coordenador, o camarada José Leitão.

A finalizar a reunião e respondendo a um camarada que colocou a questão de saber que tipo de oposição vai o PS fazer, António Costa disse que o partido tinha se posicionar para um percurso a quatro anos. Assim, para os socialistas, o Congresso de Novembro deve corresponder a "um marco simbólico de virar de página e a um momento de olhar o futuro. O PS tem de "estar preparado para responder pontualmente às questões que se forem colocando, ao mesmo tempo que apresenta a suas políticas e as credibiliza", considerou António Costa que rematou a sessão de Benfica com a afirmação: "A nossa obrigação é trabalhar para construirmos a alternativa".



SETÚBAL**FEDERAÇÃO ACUSA GOVERNO DE FALTA DE INVESTIMENTO NO DISTRITO**

Os socialistas de Setúbal acusaram o Governo PSD/PP de assistir "impávido e sereno" ao encerramento de dezenas de empresas da região e de "desprezar" o distrito.

As acusações foram feitas em conferência de Imprensa, pelo presidente da Federação, Alberto Antunes, que atribuiu a falta de investimento estrangeiro na região de Setúbal ao "clima de desconfiança gerado pelo discurso de Durão Barroso". Alberto Antunes lamentou que o Governo ainda não tivesse recuado na decisão de suspender a construção da Terceira Ponte sobre o Tejo (Chelas-Barreiro), considerando que se trata de um "investimento público de grande importância para a melhoria da qualidade de vida das populações da margem sul".

A saúde também foi um sector analisado pelo presidente da Federação de Setúbal, uma vez que ainda não se sabe quais as intenções do Executivo "relativamente à construção de diversos centros de saúde que estavam previstos para os concelhos de Almada, Setúbal e Sines".

Na conferência de Imprensa, Alberto Antunes, responsabilizou também o Governo pela diminuição das receitas do IVA, lembrando que o "PS tinha advertido que o aumento de impostos não iria conduzir a um aumento das receitas".

**SANTO TIRSO****PS ASSINALA NOVO ANO POLÍTICO**

Os socialistas de Santo Tirso assinalaram no passado dia 22 o novo ano político com uma festa no Carvalhal de Valinhas.

A reentré contou com a presença do presidente da concelhia, Joaquim Couto, do autarca socialista Castro Fernandes e dos representantes distritais e nacionais do partido, Narciso Miranda e Alberto Martins.

Durante a sua intervenção, o líder da distrital do Porto, Narciso Miranda, aproveitou para criticar o Executivo de Durão Barroso, afirmando que "passados estes escassos meses de Governo de direita, é que há mais desemprego, menos poder de compra, mais instabilidade, mais ansiedade e menos esperança relativamente ao futuro".

"Temos que estar permanentemente atentos e disponíveis para o combate político", acrescentou ainda Narciso Miranda na sua intervenção, não excluindo a possibilidade de que o País venha a ser chamado a eleições muito mais cedo do que o previsível.

**FAUL****ELEIÇÕES PARA A SECÇÃO DE EDUCAÇÃO**

Vão decorrer no próximo dia 27 de Setembro as eleições do Secretariado e da Mesa da Secção de Educação da FAUL.

Estas eleições vão ser disputadas por duas listas: a lista A que apresenta como candidata a secretária-coordenadora, Ana Benavente, enquanto a lista B é encabeçada por António Brotas. Criar um espaço de debate permanente sobre educação e formação reunindo todos os militantes e interessados nesta área, é um dos objectivos desta Secção recém-criada.

PORTALEGRE**SOCIALISTAS PREOCUPADOS COM FUTURO DO CONCELHO**

A Comissão Política Concelhia do PS/Portalegre manifestou "séria preocupação com os destinos do concelho".

Em comunicado, os socialistas portalegrenses "não percebem porque se parou o desenvolvimento do concelho", uma vez que foram herdados do anterior Governo do PS "vários projectos prontos a pôr a concurso, obras já concursadas para se iniciarem e outras já em execução, tendo também herdado o dinheiro suficiente para suportar estes projectos e estas obras".

ALENTEJO**REUNIÃO DE PRESIDENTES DE CÂMARA ELEITOS PELO PS**

Os presidentes de Câmaras Municipais do Alentejo eleitos pelo PS vão reunir-se hoje, em Ferreira do Alentejo. No encontro, que contará com a presença do secretário nacional das Autarquias, José Sócrates, estará em análise a situação política autárquica, com particular incidência na nova delimitação geográfica dos Núcleos de Unidade Territorial, assunto que tem sido objecto de críticas dos autarcas do PS.

Segundo Luís Pita Ameixa, presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e líder do PS/Beja, participam no encontro os 21 autarcas eleitos pelo PS e os presidentes das federações de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal.

"Esperamos que desta forma haja mais força na tomada de posições, além de uma melhor coordenação e debate sobre diversas questões autárquicas", explicou Luís Pita Ameixa.

"As CCR não estão adequadas à realidade do País. Têm sido uma imposição tecnológica que tem atrapalhado e substituído mal a regionalização", disse.

RIBEIRA DE PENNA**CONCELHIA CONTRA DÉFICE DEMOCRÁTICO NA AUTARQUIA**

A Concelhia do PS/Ribeira de Pena acusou o Executivo da Câmara local, de maioria PSD, de sistematicamente fazer tábua-rasa de sucessivos requerimentos apresentados pelos vereadores socialistas nos últimos meses sobre diversos actos da gestão municipal, considerando por isso que "a democracia está em causa na Câmara de Ribeira de Pena".

Esta situação insustentável culminou no passado dia 16 com a não comparência dos vereadores socialistas na reunião do Executivo municipal.

"Entendemos que o desconhecimento das diferentes matérias, objecto dos requerimentos apresentados, impede-nos de participar com a dignidade que se impõe na discussão e tomada de decisões daquele órgão municipal", lê-se no comunicado.

O PS/Ribeira de Pena considera ainda "que esta atitude é bem demonstrativa da incapacidade política do presidente da Câmara e seus vereadores, que se refugiam num silêncio confrangedor para, dessa forma, camuflarem a falta de soluções para a resolução dos reais problemas da população".

MARIA JOÃO GUERRA

A POLÍTICA PRECISA DE GENTE NOVA E COM FORMAÇÃO

Entrou no PS pela mão de Eduardo Ferro Rodrigues, depois de ter colocado sobre a mesa do secretário-geral um envelope com a sua ficha de adesão assinada. O documento foi entregue com o atraso fruto da árdua campanha eleitoral que o líder e seus apoiantes travaram logo após o revés nas autárquicas de Dezembro último. Mas, em Abril, Maria João Guerra, uma jovem de convicções firmes e espírito empreendedor, selou oficialmente o seu compromisso com o socialismo democrático por acreditar no projecto do PS.

A militância não é uma mera opção, é uma obrigação para aqueles que exercem o direito de criticar a conjuntura nacional e supranacional em que se inserem e têm capacidade criadora. Neste sentido, ser militante implica estar disposto a aplicar no quotidiano verbos dinâmicos como “participar”, “intervir”, “contribuir”, em prol de uma causa que salvguarde valores e princípios partilhados no seio de uma família política como a socialista.

As ideias, claras e expressas em tom convicto, são de Maria João Guerra, engenheira mecânica nascida no ano da Revolução dos Cravos, que recentemente decidiu aderir ao PS para marcar uma posição e dar o seu apoio ao à organização político-partidária em que acredita. “A política é actividade nobre que precisa de gente nova e formada”, afirma a novel camarada, para quem a militância é a forma de procura do bem comum que mais se adequa à sua personalidade.

Atenta à vida do País e das instituições portuguesas, a Maria João, que confessa nunca ter sentido necessidade de aderir a uma juventude partidária, considera ter atingido um estado de maturidade no seu pensamento político e uma situação de estabilidade profissional e pessoal que lhe permitem agora responder aos desafios que se colocam a um militante moderno.

Dado o primeiro passo, a jovem propõe-se agir e trabalhar no “espaço de uma política diferente” que não se confunde “com a amálgama centrista” e que se posiciona assumidamente à esquerda do espectro político. É no PS que Maria João Guerra encontra o universo ideológico com que se identifica, apesar de garantir que não terá posturas seguidistas.

Defendendo que “é preciso reconhecer os erros para corrigir o rumo e enveredar pelo caminho



do progresso”, a militante diz, em jeito de balanço, que os seis anos de governação socialista foram, “no geral, positivos”. Na opinião desta camarada, as expectativas colocadas na equipa executiva liderada por António Guterres não foram goradas.

“As pessoas não podiam esperar mudanças estruturais instantâneas”, diz, explicando que o trabalho de tomada de conhecimento e estudo da situação real do País feita pela

administração PS foi “louvável, mas precisou de tempo”, “registrando-se, por fim, uma certa dificuldade de concretização de medidas nos dois últimos anos de governo”.

No panorama das políticas sociais, em que destaca o apoio aos jovens, à terceira idade e às vítimas da exclusão e da pobreza, Maria João Guerra não tem dúvidas quanto aos feitos pioneiros da administração PS, apesar de lamentar que os próprios socialistas não tenham sabido defender e fazer reconhecer todos os êxitos alcançados nesta área, bem como no sector da Ciência e da Tecnologia, onde também se passou do “deserto para o oásis”.

Sem escamotear responsabilidades, Maria João Guerra, fala também da “forte campanha dirigida contra a pessoa de António Guterres” e que se centrou na estratégia de repetir até à exaustão que o País estava em crise, o que, criando insegurança nos agentes económicos em particular e nos portugueses em geral, culminou com a efectiva desaceleração do crescimento em Portugal.

“A campanha continua”, constata Maria João, para quem todas as medidas implementadas pelo Executivo de direita podem ser resumidas à tentativa de destruição, em várias áreas da vida pública, dos direitos sociais dos cidadãos. Visivelmente preocupada com as investidas da direita no campo social, a militante considera que “reina uma certa confusão e não se percebe, em várias áreas, o que o Executivo de coligação PSD/PP quer, dando a ideia de que

os nossos actuais governantes não estão preparados para governar”.

“O vazio impera no plano de acção dos diferentes ministérios”, frisa Maria João, acrescentando que “a administração pública não tem estratégia e está parada”.

“Não espero nada de bom deste Governo, nada de especial que as administrações cavaquistas não tivessem dado, com igual ou superior tique de arrogância”, garante a jovem engenheira para quem a “desorientação generalizada do Governo” não o deixará terminar o mandato. “É impressionante e significativa a falta de estado de graça da dupla Durão/Portas”, constata Maria João, acrescentando que este “casamento por conveniência não engana ninguém, pois não se percebe uma estratégia concertada de acção, mas sim um espírito de oportunismo de ambas as partes para alcançar a todo o custo o poder”.

Para fazer face ao “estado de desorientação e desgraça” a que o País foi votado é a tarefa que a nova militante espera do Partido Socialista e do seu líder, a quem dirige palavras de reconhecimento e admiração.

Para Maria João Guerra, “Ferro Rodrigues é um homem de esquerda que evidencia capacidades para prosseguir e fazer vingar uma política consonante com o socialismo democrático, com preocupações sociais, embora ciente dos reptos que a globalização e o fenómeno neoliberal generalizado da nossa actualidade representam”.

MARY RODRIGUES

PERFIL

Nome
Maria João Fernandes Guerra

Idade
27 anos

Profissão
Engenheira mecânica

Hobbies
Ler, passear de moto, correr, jogar basquetebol

Militância
Inscrição no PS a 19 de Abril de 2002

Referências socialistas
Willy Brandt

TRABALHAR PARA MELHORAR A IMPLANTAÇÃO DO PS

Responsável pela coordenação do processo de refiliação, António Galamba não se mostra surpreendido pelo resultado do recenseamento interno que teve o mérito de passar a reflectir de forma fidedigna “a composição do partido”, apesar de esperar melhores respostas em algumas regiões do País.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário nacional para a Organização diz que o próximo passo é o lançamento de um campanha de adesões, pois “um partido como o PS tem de ter a ambição de chegar ao maior número de localidades e de acolher o que melhor ocorre na sociedade”.



Face aos resultados obtidos depois do processo de refiliação, quais são as iniciativas previstas pela Organização no sentido de captar os militantes que não responderam ao recenseamento?

Estamos a falar de um processo que foi aprovado por unanimidade, pela Comissão Nacional, em 20 de Abril de 2002, com projecção mediática e informação interna, que foi objecto de duas cartas a todos os militantes. Em bom rigor, quem quis continuar a ser militante, com todos os direitos e deveres, teve oportunidade de preencher e devolver a respectiva ficha de actualização de dados. Quem quiser continuar a ser militante, vai ter oportunidade de recuperar esse estatuto. Este foi um processo deliberado com coragem e determinação. Um desafio para obter informação útil para a política dos nossos dias. Isto é, uma participação política e cívica que tenha em conta os interesses temáticos de cada cidadão e a necessidade de promovermos uma circulação de informação mais rápida e eficaz.

A este respeito, está a ser levada a cabo alguma espécie de articulação com as estruturas locais e federativas?

Ao longo deste processo, procurámos envolver as estruturas do partido, que, em conjunto com os colaboradores da Sede Nacional ligados ao projecto, foram decisivas para o seu êxito. Procurámos dar conhecimento regular da evolução do número de militantes recenseados. O passo seguinte é o de lançar uma campanha de novas adesões.

Ficou surpreendido por cerca metade dos nossos filiados não ter respondido à actualização de dados?

Quem conhece o Partido não pode ficar

surpreendido pelos resultados. No entanto, confesso que esperava melhor resposta de algumas áreas do território nacional. Não vou dar trunfos aos nossos adversários, dizendo quais. Vamos trabalhar para melhorar a implantação do Partido em determinadas regiões.

O resultado do recenseamento correspondeu às expectativas da Direcção?

Correspondeu à criação de condições para podermos envolver mais os militantes e afirmar o PS como uma referência de participação cívica e uma espaço de defesa dos interesses dos portugueses.

Quais os factores que em seu entender condicionaram o resultado do recenseamento?

O facto de os socialistas, antes de o serem, serem portugueses e partilharem uma certa cultura de laxismo manifestado em sistemáticos fôlegos de última hora, no limiar do prazo limite. Os resultados reflectem a composição do partido e as características da sociedade portuguesa. Julgo que alguns militantes pensaram que este era um processo para não ser levado a sério, para não ser concluído à semelhança de outros processos recentes como o de militantes que, tendo concorrido em listas autárquicas contra as listas do PS, ainda não foram sancionados nos termos dos Estatutos.

Se um militante pretender recensear-

se agora pode fazê-lo ou tem de se inscrever de novo?

Quem não tenha realizado a actualização dos dados até ao passado dia 16 de Setembro, poderá recuperar os direitos de militante através do preenchimento da ficha de actualização de dados, sendo-lhe atribuído o número de militante disponível na sequência do ficheiro. Em todo o caso, não poderão participar na eleição dos delegados ao XIII Congresso Nacional, mesmo que tenham as quotas em dia. Os cadernos eleitorais para esta eleição apenas integram os militantes recenseados.

Portanto, um militante recenseado fora de prazo não ser delegado ao Congresso de Novembro?

Exacto. O universo eleitoral consolidou-se a 16 de Setembro de 2002.

O que vai acontecer com as pessoas que não se recensearam?

A menos que procedam à actualização dos seus dados, serão considerados simpatizantes do PS, merecerão uma atenção especial em termos de informação das actividades do partido, sobretudo em períodos eleitorais.

Até que ponto o facto do PS estar na oposição condicionou a resposta dos filiados?

Quem condiciona uma resposta importante em função do facto do PS estar na oposição ou no

poder, não preenche as condições para partilhar um espaço de democracia e liberdade; para lutar pelos valores do socialismo democrático e para afirmar o nosso projecto político na sociedade. Certamente haverá casos em que a não resposta foi determinada por esse motivo, ainda bem que assim foi, porque não merecem pertencer a um Partido com o património político legado por Mário Soares, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres e agora liderado Ferro Rodrigues.

Está previsto que as secções que ficaram sem o número mínimo para serem consideradas como tal podem vir a fundir-se?

Após o Congresso Nacional, em estreita colaboração com as estruturas concelhias e federativas deverão ser desenvolvidas iniciativas para reforçar a implantação do PS nessa áreas. A competência para extinguir e criar secções é dos Secretariados das Federações. Em todo o caso, não devemos baixar os braços perante a situação das estruturas com menos de 15 militantes. Um partido como o PS tem de ter a ambição de chegar ao maior número possível de localidades e de acolher o que de melhor ocorre na sociedade.

O ficheiro nacional espelha agora com rigor a verdade dos militantes socialistas?

É um retrato fidedigno da riqueza de um partido

heterogéneo e plural, que precisa de corrigir alguns aspectos relacionados com a sua composição e implantação.

Agora que no ficheiro central estão também registados os endereços electrónicos dos militantes que o têm, está previsto que se passe a usar este meio de forma a fazer passar a informação mais rapidamente?

Esse foi um dos objectivos principais do processo, preparar o ficheiro para uma gestão mais moderna e eficaz da circulação de informação, criando melhores condições para o esclarecimento e a intervenção dos militantes nas questões políticas da actualidade.

Depois do recenseamento, qual é o perfil de um militante socialista?

O PS continua a ser um partido muito rico e heterogéneo, que deve promover a participação de mais mulheres e mais jovens.

O PS continua, portanto, um partido interclassista. Assim, o que é necessário fazer para alargar a nossa base de apoio?

Prosseguir uma intervenção responsável, coerente, em que afirme as suas propostas políticas de acordo com os seus valores e crie espaços de participação que despertem o interesse dos militantes e a atracção dos que ainda não o são.

Face ao actual momento político em que o Governo dá grandes sinais de desgaste, considera que há condições para que mais cidadãos se possam rever no PS e aderir à família socialista?

O PS tem sido uma oposição responsável e intransigente na defesa das suas propostas e dos compromissos com os seus eleitores. É a única alternativa credível a um Governo de Direita que não olha a meios para afirmar o seu projecto. Uma Direita que em poucos meses já evidenciou o pior do Estado Laranja, agora com as pinceladas populistas do PP. Secretários de Estado que usam meios do Estado para fins político-partidários; insinuações e suspeitas generalizadas; dirigentes de organismos desconcentrados do Estado que são convidados por líderes partidários e não pelas respectivas tutelas; directores de hospitais competentes que são exonerados só por serem socialistas –

Águeda- são apenas alguns exemplos de uma maioria que julga tudo poder trucidar pela força da sua expressão eleitoral. O PS tem uma grande oportunidade para se preparar para o desafio da governação em 2006, assumindo a importância política das eleições autárquicas que antecedem as eleições legislativas e fomentando a participação regular de militantes e não militantes na definição das propostas do PS. Mas, ao invés dos Estados Gerais, deverá fidelizar a participação política mesmo após a conquista do Poder.

Em sua opinião deveriam os militantes receber o "Acção Socialista" uma vez que este é o órgão oficial do PS?



Agora que vamos reflectir sobre a forma como o PS e os seus militantes se organizam, julgo que seria uma boa oportunidade para, associada a um aumento da quota mensal, proceder ao fornecimento de mais informação para o combate político-partidário. A Direita no Governo, apesar dos erros e da ausência de "estado de graça", tem uma estratégia de comunicação alicerçada em pontos chave de alguns órgãos de Comunicação Social. Como a intoxicação será muita, importa que os

militantes possam estar preparados para a enfrentar com êxito.

Não acha que é altura do partido rever o montante mínimo da quota mensal para o partido, dado o actual valor?

Sim, mas deve ter em conta os militantes que não possam suportar os novos montantes. Os jovens, os reformados e os desempregados deverão ser objecto de uma atenção especial.

Os novos militantes por vezes queixam-se de não serem chamados a uma participação activa na vida do partido. Que fazer para inflectir esta situação? Cada militante representa um património de

Considera que as secções têm que rever o seu modo de funcionamento de forma a serem um espaço mais aberto aos não inscritos no PS?

O PS tem de reflectir sobre o seu modo de funcionamento, porque, no essencial, a sua estrutura organizativa, os métodos e os espaços de intervenção correspondem a modelos que remontam ao tempo da sua fundação e da implantação da Democracia em Portugal. O trabalho incansável dos militantes de base que dão corpo e alma às secções que contribuem para as vitórias do PS e que defendem as nossas propostas no confronto local com outras forças políticas, merecem o nosso maior respeito e admiração. O País evoluiu; a participação política assumiu contornos mais sectoriais; há uma realidade urbana – dos grandes centros – e uma realidade rural que deve ser tida em conta na forma como o PS se organiza; surgiram novos fenómenos sociais que devem ser integrados, por tudo isto, com respeito pelas pessoas e pelo que provou funcionar bem, devemos encontrar os equilíbrios necessários a uma participação plena de todos os que queiram contribuir para afirmar um projecto político progressista.

Para finalizar, qual a análise que faz da actualidade política?

O Governo PSD/PP conseguiu transformar uma crise orçamental numa crise económica, deve estar eufórico por a Comissão Europeia propor sanções aos 4,1 por cento de défice que apresentou em Bruxelas, imputando as responsabilidades aos socialistas. Por vezes, o Governo de Direita assume uma atitude masoquista, gosta de infligir sacrifícios sem ter a garantia de obter os benefícios, senão vejamos o que se passou com o aumento do IVA, em que as receitas aparentemente não aumentaram, ou com o fim do crédito bonificado à aquisição de habitação. O Dr. Barroso, o PSD e o PP conduziram o País para uma situação pantanosa, em que as suspeitas se avolumam, ao nível das ingerências políticas na PJ, ao nível de um Ministro de Estado que na esfera pessoal participou numa organização com contornos mafiosos e de um persistente "zig-zag" de incumprimento de promessas e afirmações proferidas durante a campanha. O Dr. Durão Barroso corre o risco de na próxima campanha que fizer, ser equiparado a um vendedor de "banha da cobra".



UM GRANDE PARTIDO

O PS conta com mais de 60 mil militantes para a oposição ao Governo e para a afirmação dos princípios e dos valores do socialismo democrático. Após o recenseamento que terminou no passado dia 16 de Setembro, verificou-se, como era de esperar, uma quebra no total dos inscritos que se saldou por uma diminuição de cerca de 40 por cento do número de militantes. Note-se, todavia, que desde as eleições autárquicas já aderiram ao Partido Socialista mais de 6 mil novos militantes.

Mas, dos 60 mil inscritos no ficheiro central do PS, para efeitos do próximo Congresso de Novembro, só têm capacidade eleitoral 57234 militantes.

De acordo com os números finais apurados pela Organização, a Federação do Porto continuou a ser a maior estrutura federativa com 11158 inscritos, seguida da de Lisboa com 9554.

Em termos distritais é a seguinte a distribuição dos militantes socialistas: Aveiro 2716, Baixo Alentejo 1201, Braga 7727, Bragança 1066, Castelo Branco 1149, Coimbra 4164, Évora 707, Algarve 1831, Guarda 888, Leiria 1755, Lisboa 9554, Portalegre 920, Porto 11158, Santarém 1483, Setúbal 3806, Viana do Castelo 1556, Vila Real 1268, Viseu 1841, Açores 1126, Madeira 2276, FRO 588, Alemanha 52, Benelux 121, França 114, Suíça 32 e Resto do Mundo 76.

SOCIALISTAS PEDEM DEBATE URGENTE SOBRE SCUT'S

O PS decidiu pedir a realização de um debate de urgência, no plenário da Assembleia da República, sobre a intenção do Governo de cobrar portagens nas SCUT's. Esta decisão foi tomada na reunião da direcção do Grupo Parlamentar socialista, que vai pedir este debate para que o Governo esclareça as versões contraditórias entre os ministros das Obras Públicas e do Ambiente sobre o pagamento ou não de portagens nas auto-estradas do interior.

O deputado socialista e coordenador da área das Obras Públicas, José Junqueiro, considera que toda esta confusão criada pelo Governo do PSD "só demonstra que o Partido Socialista tinha razão quando lançou o sistema SCUT.

O parlamentar socialista Ascenso Simões entregou no Parlamento um requerimento a questionar o primeiro-ministro, designadamente, sobre se "já tentou promover o encontro de posições consensuais no seio do Governo nos que se refere às áreas das Obras Públicas e do Ambiente". O PS quer ainda que Durão Barroso esclareça se já tomou "uma posição concreta quanto às formas de olhar o problema do financiamento das auto-estradas em regime SCUT".

Ainda sobre o tema das SCUT's, José Junqueiro e Miguel Ginestal entregaram outro requerimento na Assembleia da República relativo à escolha do traçado do IP5 no distrito de Viseu.

Perante os desentendimentos nesta matéria entre os ministros das Obras Públicas e do Ambiente, os socialistas querem que o primeiro-ministro informe sobre a decisão final que define o traçado do IP5, viabilizando o início da obra, já com meses de atraso, e colocando um ponto final numa disputa governamental pouco edificante e contrária aos interesses da população em geral e das populações locais em particular".

COMISSÃO PARLAMENTAR DE ECONOMIA

CONSTÂNCIO PREOCUPADO COM DÉFICE

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, admitiu a sua "inquietação em relação à execução orçamental deste ano", depois das declarações do secretário de Estado do Orçamento no Parlamento reconhecendo a quebra na arrecadação de receitas dos impostos.

Vítor Constâncio, que falava na Comissão Parlamentar de Economia, afirmou que "em 2002 o País não pode falhar o objectivo", já que "é preciso eliminar a situação de défice excessivo de 2001".

Embora sustentando que o Pacto de Crescimento e Estabilidade não deve ser revisto porque se atravessam dificuldades conjunturais, Constâncio admitiu "um novo calendário" para se alcançar o objectivo de défice zero.

Recorde-se que a Alemanha, Itália, França, entre outros países, assumiram já publicamente dificuldades em cumprir o calendário, defendendo o adiamento do objectivo para 2006.

Considerando como vectores indispensáveis a necessidade de estabilidade e de se reconquistar a confiança na economia, o governador do Banco de Portugal defendeu ainda que o Governo apresente juntamente com o Orçamento de Estado um Programa de Estabilidade a três anos que leve ao reforço da solidariedade e da responsabilização, no quadro de uma total clareza da evolução dos gastos do Estado, Fundos e Serviços Autónomos, Administração Local e Regional e Segurança Social.

Entretanto, na terça-feira, o governador do Banco de Portugal congratulou-se com a decisão da Comissão Europeia de adiar até 2006 o objectivo do défice zero.

APOLINÁRIO APRESENTA DUAS PROPOSTAS SOBRE PESCAS NA AR

O deputado socialista José Apolinário apresentou duas propostas à Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

A primeira propõe a realização de uma audição parlamentar sobre aquicultura, um sector que representa em Portugal cerca de cinco por cento da produção pesqueira e tem ainda uma importante fatia de crescimento, como complemento da captura no mar.

A segunda iniciativa solicita a realização de uma reunião de informação e acompanhamento sobre as negociações da reforma da Política Comum de Pescas. O responsável do PS pelo sector das Pescas considera na proposta que sem prejuízo da manutenção de uma minoria de bloqueio face às propostas da Comissão Europeia é necessária uma iniciativa da Comissão garantindo, no mínimo, o acesso exclusivo até às 12 milhas para os pescadores nacionais, enquanto prosseguirem as negociações.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA A LEIRIA

DEPUTADOS DO DISTRITO EXIGIRAM MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

A suspensão durante vários dias do abastecimento de água à cidade de Leiria, afectando cerca de 20 mil pessoas na zona de maior densidade populacional, esteve na origem de um requerimento apresentado na semana passada pelos deputados socialistas eleitos pelo círculo de Leiria.

No documento, os deputados António Costa, Osvaldo de Castro e José Miguel Medeiros pediram ao Governo informações sobre "quais os mecanismos de emergência desencadeados para evitar o agravamento da situação e eventual ocorrência de uma calamidade em termos de saúde pública", bem como "quais as medidas tomadas para acudir ao problema e promover a sua solução em tempo útil".

Face à "dimensão estrutural do problema, no plano sanitário e ambiental", os deputados socialistas questionam ainda o Governo sobre "como pensa prevenir situações futuras, com forte probabilidade de ocorrência, atenta a próxima chegada do Inverno".

ÉVORA

CAPOULAS QUER EXPLICAÇÕES SOBRE CORREDOR FERROVIÁRIO DE ALTA VELOCIDADE

O deputado socialista Capoulas Santos dirigiu um requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação sobre se têm fundamento as notícias recentemente vindas a lume na Comunicação Social segundo as quais a solução de base que preconizava um corredor ferroviário de alta velocidade, com passagem por Évora, estaria prestes a ser abandonada pelo actual Governo. Aproveitando o facto de estar programada para hoje, dia 28, uma visita do ministro a Évora, Capoulas Santos sugere no documento que esta circunstância seria apropriada para que este informasse directamente os alentejanos acerca desta questão, no caso de não lhe ser possível dar resposta escrita ao presente requerimento.

Salientando que "o Alentejo foi, até 1995, alvo de um sistemático abandono por parte dos poderes públicos", o deputado do PS refere no requerimento que "seria lamentável que a primeira decisão do XV Governo Constitucional com reflexos directos relevantes no Alentejo constituísse um sinal de retorno a uma época de má memória, infelizmente ainda bem presente, para além de constituir uma machadada no clima de confiança e de auto-estima que progressivamente foi possível ir estabelecendo na região, ao longo dos últimos seis anos".

Período em que, adianta, muitos projectos estruturantes, entre os quais se inclui o trajecto do TGV em território português, "foram equacionados numa lógica solidária de luta contra o subdesenvolvimento da região do Alentejo que, apesar das melhorias qualitativas verificadas, ainda é uma das mais pobres da União Europeia".

GUARDA

PS PEDE ESCLARECIMENTOS AO MINISTRO DA SAÚDE

Os deputados socialistas Fernando Cabral e Joaquim Pina Moura entregaram na Mesa da Assembleia da República um requerimento ao Governo sobre a autorização dada pelo ministro da Saúde ao director clínico do Hospital Sousa Martins (HSM), a auferir remuneração extraordinária por realizar trabalho na escala habitual de urgência de obstetria da mesma unidade hospitalar.

No documento, os parlamentares do PS querem saber quais "os fundamentos para tal autorização e se esta medida é uma excepção, ou se por outro lado se verifica em mais unidades de saúde públicas".

Fernando Cabral e Pina Moura perguntam ainda ao ministro da Saúde se "no passado, aquando do gozo de férias ou participação em congressos por parte dos médicos desta especialidade do HSM, alguma vez foram contratados médicos exteriores ao hospital".



A segurança do planeta não pode estar à mercê de vontades caprichosas movidas por ambição e fome de lucro, camufladas com argumentos de circunstância em prol dos direitos humanos que não respeitam a mais elementar coerência. A legalidade internacional impõe que qualquer intervenção militar seja precedida de uma resolução das Nações Unidas nesse sentido. O Iraque não é a exceção, mas Durão Barroso já foi a Washington dizer subservientemente a George W. Bush: *Yes Mr. President.*

“Uma acção (militar) unilateral (sobre o Iraque), à revelia das Nações Unidas e da legalidade internacional carece de base de legitimidade”. Foi esta a mensagem que o secretário-geral do Partido Socialista levou ao plenário da Assembleia da República que, na passada quinta-feira, debateu a actual crise que se vive na região do Golfo Pérsico. Segundo o líder do PS, “a aceitação por parte das autoridades iraquianas do retorno dos inspectores das Nações Unidas é um passo

tardio”. Mas, ressalva, é preciso “clarificar posições sobre as soluções para a presente crise” e fixar a doutrina sobre os quadros de legitimidade de uma intervenção militar no Iraque. Tudo isto porque “O País exige clareza e coerência”.

“A tarefa que se coloca neste preciso momento à comunidade internacional é despojar o Iraque de armas de destruição, impedindo que seja uma ameaça para a paz e a segurança da região”, declarou Ferro,

CRISE EUA/IRAQUE

FERRO CONTRA SEGUIDISMO BÉLICO

acrescentando que “o eventual uso da força deverá ser balizado por este objectivo e pela necessidade de acatamento das resoluções das Nações Unidas”.

Apelando ao consenso parlamentar, Ferro Rodrigues chamou a atenção para a necessidade de se estabelecerem “princípios sólidos” sobre os quadros de legitimidade que delimitem o direito de ingerência. Isto porque apenas uma identidade político-diplomática baseada nestes preceitos serve os interesses de pequenos países como o nosso.

“É também no interesse bem ponderado de Portugal que reafirmámos a necessidade de alinhamento por uma política coerente e de princípios”, disse o líder socialista recordando aos deputados que “o mundo pós-11 de Setembro exige um esforço colectivo no sentido da afirmação da primazia do Direito Internacional”.

Socialistas recusam maniqueísmo americano

No debate de quinta-feira, a esquerda parlamentar criticou o apoio do Governo a uma eventual “decisão unilateral e maniqueísta” dos Estados Unidos de atacar militarmente o Iraque. O deputado socialista Vera Jardim quis saber se o Governo “dá ou não o seu apoio” a “acções unilaterais” dos Estados Unidos, solicitando do primeiro-ministro um enquadramento de tal opção no contexto

legal internacional no qual Durão se escudou repetidas vezes durante o plenário esquivar as legítimas perguntas dos deputados.

Vera Jardim considerou, em jeito de pergunta ao primeiro-ministro, que “uma acção fora da ONU representa uma anarquia no sistema internacional”.

Como resposta, o chefe do Executivo de direita não excluiu o uso da força, mas não explicou se tal método de pressão visava repor a paz e a segurança na região ou, também, derrubar o regime de Bagdade.

Depois de ouvir Vera Jardim evidenciar algumas contradições nos discursos do Governo relativamente à presente crise do Iraque, nomeadamente recordando declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros que não estiveram em sintonia com as palavras proferidas em Nova Iorque, Durão Barroso foi lembrado pelo deputado João Soares do facto, por ele negligenciado, de que o monumento português que prometera a George W. Bush em homenagem às vítimas do 11 de Setembro já existia há um ano em Lisboa.

“Nenhuma outra capital do mundo teve tantas e tão céleres manifestações de solidariedade para com o povo americano como Lisboa senhor primeiro-ministro, disse Soares, para quem ignorar esta realidade só se explica por “falta de informação” ou por “má vontade contra os socialistas”.

MARY RODRIGUES

CIMEIRA DA TERRA

JOANESBURGO FOI MERA TRIBUNA POLÍTICA PARA DURÃO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista criticou fortemente a ausência do primeiro-ministro no debate da Assembleia da República que, na passada quinta-feira, abordou os resultados da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Para a bancada do PS, “tem uma óbvia leitura política” a ausência de Durão Barroso no debate sobre a Cimeira da Terra, apesar de ter estado antes no Parlamento para o plenário de urgência sobre a posição portuguesa no caso de eventual ataque dos EUA ao Iraque.

“Este distanciamento pode ser um prenúncio de que, para o primeiro-ministro, Joanesburgo não passou de uma mera tribuna política”, alertou a deputada socialista Maria Santos.

Sobre a política para o ambiente e o desenvolvimento sustentável do Governo, o PS criticou a falta de novas iniciativas.

“O que nos traz o senhor ministro poucas semanas depois de Joanesburgo? Uma mão cheia de nada!”, afirmou o socialista Pedro Silva Pereira.

O ex-secretário de Estado sublinhou a “paralisia que atingiu os processos que estavam em curso” na área do ambiente e criticou a “visão que o actual Executivo tem do ambiente como um obstáculo ao desenvolvimento”.

M.R.

VIABILIZADO MEGAESTUDO SOBRE ABORTO CLANDESTINO

A proposta da deputada do PS Helena Roseta de se fazer um megaestudo sobre a situação do aborto clandestino em Portugal vai ser concretizado. Um documento conjunto, que incluiu algumas propostas do PSD, viabilizou a iniciativa em sede de Comissão Parlamentar para o Trabalho e Assuntos Sociais.

O projecto de resolução, votado favoravelmente na passada quinta-feira pelo PS, PSD e PP, prevê não só a verificação pela Assembleia da República do cumprimento de uma série de leis relacionadas com a problemática da interrupção voluntária da gravidez (IVG), como também a realização de um estudo (por universidades) sobre o aborto ilegal.

Com esse estudo poderá aferir-se o estado de um conjunto de factores relacionados com a IVG. Visa-se, pois, avaliar em que ponto se encontra o planeamento familiar, o apoio social dado a mulheres que abortam, a evolução da educação sexual nas escolas, as razões que levam à opção pela interrupção clandestina da gravidez e ainda a compilação do maior número de dados estatísticos, nomeadamente sobre a depressão pós-parto.

SCHROEDER VENCE ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA ALEMANHA

Confirmaram-se as esperanças de vários líderes socialistas, entre os quais Ferro Rodrigues, quanto à vitória eleitoral do SPD na Alemanha. O chanceler social-democrata, Gerhard Schroeder, continuará, assim, em coligação com os Verdes, a liderar o Governo de um dos países mais influentes da União Europeia.

Apesar de ter sido por escassa margem, de apenas 8864 votos, o SPD conseguiu ser o partido mais votado e reunir condições para ter uma maioria no Parlamento capaz de garantir a estabilidade necessária para os vários desafios internos e externos que o novo Governo terá pela frente. Entre eles estão a redução do desemprego, as reformas do mercado de trabalho e do sector da saúde, diversas questões difíceis relacionadas com a União Europeia no contexto da reformas das instituições e do alargamento a Leste, e ainda as relações com os Estados Unidos da América, que ficaram afectadas com a recusa do chanceler alemão em alinhar numa guerra contra o Iraque.

Esta disputa eleitoral teve campanhas muito renhidas, com as sondagens a oscilarem entre

a vitória do SPD e da coligação CDU/CSU. Já encerradas as urnas, tudo indicava que a vantagem era para o líder dos conservadores. Ao ponto de Edmund Stoiber ter feito uma declaração de vitória precipitada. O resultado definitivo só ficou apurado a meio da manhã de segunda-feira, com o SPD e a CDU/CSU a registarem a mesma percentagem de 38,5 por cento. O maior número de votos e a atribuição dos mandatos excedentários (calculados com base no número de mandatos directos conquistados por um partido) acabaram por dar a vitória aos social-democratas, que ficaram com 251 lugares, contra 248 dos conservadores.

De registar o bom resultado dos Verdes do ministro dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer (subiram 1,9 por cento e conquistaram 55 lugares no Parlamento), que garantem a sustentabilidade do Governo Vermelho-Verde. Além da Alemanha, existem actualmente na União Europeia governos socialistas na Suécia, Grã-Bretanha, Grécia e Finlândia. Na Bélgica, os socialistas fazem parte da coligação governamental que congrega seis partidos.



O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, e do Presidente da Internacional Socialista, António Guterres, felicitaram Gerhard Schroeder pela sua vitória.

“Uma vitória social-democrata na Alemanha é crucial para inverter a presente onda conservadora que existe na Europa. Depois da vitória dos nossos camaradas suecos, na semana passada, os teus resultados eleitorais trazem-nos a esperança de uma União Europeia mais progressista”, afirma Ferro Rodrigues na

sua carta.

Por sua vez, António Guterres, e manifestando já uma esperança em relação às próximas eleições na Áustria, diz esperar que, “depois da vitória sueca, este resultado represente o fim do movimento pendular desfavorável no último ano, na Europa Ocidental, à social-democracia, embora esta tenha continuado a registar importantes vitórias em outras regiões, nomeadamente e de forma sistemática, na Europa de Leste”.

NA FESTA DE “L’UNITÀ”

GUTERRES APONTA DESAFIOS PARA SOCIALISTAS DE TODO O MUNDO

Vencer a apatia democrática das novas gerações, responder ao aprofundamento da construção europeia e apostar numa agenda global de reformas, são os três grandes desafios que os partidos socialistas de todo o mundo têm pela frente, disse na festa de “L’Unità”, no passado fim-de-semana, em Itália, o presidente da Internacional Socialista, António Guterres.

Para vencer a apatia das novas gerações, considerou fundamental reabilitar as grandes causas como alavancas da acção política, e a renovação do projecto da social democracia no respeito pelos valores que fazem a sua identidade. “Os social-democratas não podem ficar indiferentes ao divórcio crescente entre os cidadãos e a vida política. As pessoas estão fartas de jogos de poder e da promiscuidade entre vida política e vida mediática, à volta da intriga estéril ou da feira de vaidades”, disse.

“O segundo desafio – afirmou – está no aprofundamento da construção europeia. Os socialistas apostam no alargamento, como reencontro histórico da Europa consigo própria e como garantia da generalização a todos os europeus dos direitos à democracia e à prosperidade”.

Finalmente, considerou que o outro desafio que os partidos socialistas e sociais-democratas têm de enfrentar é a aposta numa agenda global de reformas que possa contribuir para uma arquitectura mais justa das relações internacionais e uma melhor “world governance”.

“Vivemos num mundo politicamente desestruturado, com organizações internacionais fracas e com uma única potência hegemónica. Não admira que continuemos à espera, sei lá ainda por quanto tempo, de um Estado palestino, vivendo em paz, lado a

lado com Israel. Não admira que se multipliquem as expressões unilaterais de poder, político, económico, ambiental ou militar, passando muitas vezes por cima do direito internacional e das instituições”, afirmou.

António Guterres saudou também “o federar de um novo projecto de centro-esquerda para um governo estável e reformista para a Itália. Um projecto que rejeite a demagogia e a mais impressionante concentração de poderes político, mediático e económico existente em qualquer sociedade democrática”.

Internacional Socialista toma posições

Entretanto, a Internacional Socialista tomou posição relativamente a alguns dos conflitos que actualmente concentram a atenção mundial. Condenou os atentados suicidas em Telavive e

“injustificada e inaceitável destruição da sede da Autoridade Palestiniana”, tendo António Guterres falado por telefone com o presidente Yasser Arafat e com o ministro da Defesa israelita e líder do Partido Trabalhista, Bem Elizer, solicitando a ambos o restabelecimento imediato de contactos que conduzam à retirada das tropas israelitas de Ramallah.

A Internacional Socialista condenou ainda a violência na Costa do Marfim e reiterou o seu desacordo em relação a uma guerra preventiva contra o Iraque, defendendo que qualquer acção precisa ter previamente o consentimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O presidente da Internacional Socialista estará presente no próximo dia 9, em Londres, numa reunião dos socialistas europeus e, no dia 11, participará em Copenhaga num encontro sobre o Desenvolvimento Sustentado e a Globalização.

P.P.

APROVADO RELATÓRIO DE PAULO CASACA

COMISSÃO TORNARÁ PÚBLICO QUEM BENEFICIA DOS FUNDOS

A Comissão Europeia passará a ser obrigada a divulgar publicamente, todos os anos, a lista das empresas que beneficiam de verbas do FEOGA-Garantia e dos respectivos montantes. Esta é uma das principais consequências da aprovação do relatório do eurodeputado Paulo Casaca, no qual afirma a necessidade de um significativo reforço da acção directa da Comissão Europeia no controlo das fraudes e falsificações no comércio e na indústria alimentar e da adopção de princípios mais transparentes no financiamento de projectos no âmbito do FEOGA-Garantia.

O relatório agora aprovado em plenário diz respeito a uma proposta da Comissão cujo objectivo é reduzir o número de controlos obrigatórios feitos pelos Estados-membros, em relação às operações que fazem parte do sistema de financiamento pela secção Garantia do FEOGA.

"Nada temos a opor à diminuição do número de controlos, desde que a sua qualidade, carácter comunitário, processo de selecção e transparência do processo sejam significativamente melhorados", considerou, manifestando preocupação com o elevado nível de fraudes e irregularidades nas operações cujo controlo é abrangido pelo referido regulamento, nomeadamente na exportação de animais vivos e na subvenção ao escoamento de lacticínios. De acordo com dados recentes, o número de apreensões das alfândegas dos Estados-membros de produtos alimentares falsificados



subiu de 2340 no ano 2000 para 4106 em 2001, tendo responsáveis da Comissão Europeia afirmado, neste contexto, que o crime organizado se dedicava hoje mais à falsificação alimentar do que à de artigos de luxo. Sempre usando um tom crítico, Paulo Casaca disse "não entender por que razão qualquer processo de concurso para adjudicação de uma

encomenda comercial ou mesmo para atribuição de uma bolsa científica tem de ser necessariamente público, conhecidos os montantes envolvidos e os intervenientes, e quando se trata de multinacionais, que recebem por vezes somas avultadíssimas para o escoamento de produtos alimentares, o público não tem o direito de saber quem são, o

que recebem e porque isso assim acontece". A Comissão pretende reduzir em 25 por cento o número de controlos mínimos às empresas, que é de 50 por cento do total das que recebem mais de 100.000 euros em ajuda, e passar este montante para 150.000 euros.

Paulo Casaca aceita a proposta de Comissão, mas propõe um nova base jurídica (o artigo 280º, e não o 37º) para que possa ser dada a devida importância à protecção eficaz aos interesses financeiros da Comunidade. Defende também que a Comissão deve reforçar o seu papel na criação de regras mais transparentes para o financiamento dos projectos do FEOGA-Garantia, designadamente através da realização de auditorias específicas.

Também o eurodeputado Manuel dos Santos interveio na discussão deste relatório, defendendo igualmente que fosse feita a divulgação pública dos principais beneficiários dos Fundos da Política Agrícola.

De referir ainda, por outro lado, que Paulo Casaca interveio também na discussão sobre a criação de um Fundo de Solidariedade para com as populações atingidas por catástrofes naturais, que saudou, na medida em que ele próprio já o vinha defendendo há muito tempo, mas sem deixar de levantar algumas objecções, designadamente que o novo regulamento não contemple numa tipologia clara a situação das regiões periféricas ou ultraperiféricas que têm sido as maiores vítimas de grandes catástrofes naturais.

HELENA TORRES MARQUES

HÁ RAZÕES PARA REVER PACTO DE ESTABILIDADE

esse sim, quanto mais elevado for, mais obriga os países às suas amortizações. Por exemplo, a situação de Itália, que tem uma dívida pública de 100 por cento do PIB e prevê para 2002 um défice orçamental perto dos três por cento não é idêntica à de Portugal, cuja dívida pública representa menos de três por cento do PIB. É preciso recordar, neste contexto, que dos critérios de convergência é que a dívida pública deve ser inferior a 60 por cento do PIB e que poucos países estão nestas condições. Também o défice orçamental não pode ser encarado de forma abstracta, por que é preciso distinguir se ele resulta das despesas correntes ou das despesas de investimento. "É que a evolução da economia tem uma grande repercussão sobre o défice. Está tudo dependente da economia que, se crescer de

forma sustentada, tornará possível estabelecer metas e objectivos a alcançar, mas se a recuperação for lenta, as dificuldades serão maiores".

Apesar das críticas que têm surgido ao PEC, a verdade é que elas resultam essencialmente do facto da conjuntura ser negativa, mas também por não ser possível fazer uma leitura igual para os períodos de crescimento económico e para os de fraco crescimento.

Na realidade, se a Europa precisa de crescer, "não é travando o investimento público que avança mais depressa", afirma, sublinhando a necessidade de fazer o seu relançamento. "A retoma está a ser muito lenta e se queremos acelerá-la, é preciso acelerar os investimentos em cada país e a nível da Europa", defende.

A adesão à União Europeia dos países de Leste

representa uma excelente oportunidade para todos os Estados-membros, já que alargará significativamente os mercados e pode até provocar um boom económico, permitindo a muitas empresas aproveitarem as oportunidades que eles oferecem.

Além disso, um país como Portugal poderá ainda beneficiar do facto de haver um conjunto de países com problemas de desenvolvimento idênticos, o que certamente levará a que se encontrem novos instrumentos, como aconteceu a propósito do Fundo de Coesão.

Para já, apesar da retoma estar em marcha lenta, a Europa tem resistido à recessão nos Estados Unidos, essencialmente devido ao euro. "Se não fosse o euro, as economias mais frágeis seriam muito afectadas", concluiu.



Há todas as razões para se proceder a uma revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que nos últimos tempos viu aumentarem as vozes críticas, não só por parte de políticos, mas também de economistas e académicos, considera a eurodeputada Helena Torres Marques, membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu.

Na sua opinião, mais importante que o défice orçamental, é o critério da dívida pública porque,

AÇORES

CÉSAR ADMITE PARAR OBRAS DE RECONSTRUÇÃO

O Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, ameaçou parar as obras de reconstrução no Pico e Faial, após nova reunião inconclusiva com o Governo da República sobre os montantes a transferir para a região autónoma.

Depois de, pela segunda vez, não ter obtido garantias do Executivo de Durão Barroso sobre a transferência de uma verba anual de 20 milhões de euros até ao ano 2004, César admitiu parar as obras de reconstrução nas duas ilhas destruídas após o sismo de 1998.

“Se a solidariedade nacional for mantida, teremos os meios suficientes para concluir o processo. Se não, paramos a reconstrução ou a maior parte das empreitadas em curso e que se destinam a mais de um milhar de famílias”, disse.

O Governo do PS, recorde-se, tinha atribuído uma verba de 20 milhões de euros para as obras de reconstrução, no âmbito de uma política de solidariedade activa para com os açorianos que viram as suas habitações danificadas pelo sismo.



AMADORA

EXECUTIVO CAMARÁRIO ANUNCIA REVOLUÇÃO URBANA

Um megaprojecto urbano para criar uma nova centralidade no concelho da Amadora, que abrange seis freguesias, vai ser apresentado até ao final do ano pelo Executivo socialista.

Segundo Joaquim Raposo, “a intenção deste megaprojecto é construir uma nova centralidade no município, um pólo moderno de serviços e habitação,

interligando várias freguesias com uma rede viária e um sistema de transportes eficaz.

“Tudo se centra numa grande avenida, com 1500 metros quadrados, com um perfil semelhante à avenida da Liberdade em Lisboa”, explicou o autarca socialista.

No plano rodoviário está previsto a construção de nove rotundas, seis de grande dimensão, interligando a nova centralidade



ao plano rodoviário municipal e ligações aos eixos principais – CRIL, IC19, EN117 e Radial da Pontinha.

Em relação aos transportes públicos, o autarca disse estar “a todo o vapor” a construção das duas estações do metropolitano da Falagueira e Alfornelos.

“Além do metro, teremos também o metro ligeiro de superfície e a interligação combóio/metro na estação da Reboleira”, acrescentou o presidente do município, revelando a intenção de fazer chegar o metropolitano também àquela freguesia.

Joaquim Raposo refere que por enquanto “é impossível avançar números”, para este investimento, mas revela que são 13 as entidades que participam num consórcio de investidores.

PROGRAMA POLIS

INAUGURADA NOVA MARGINAL DE MATOSINHOS

Na presença do pai do Programa Polis, José Sócrates, Narciso Miranda inaugurou o novo arranjo urbanístico em Matosinhos, baptizado de Passeio Atlântico e concebido pelo arquitecto Souto Moura edificado ao abrigo do referido programa.

“Esta intervenção permitiu a aproximação de duas cidades, Porto e Matosinhos, que durante

décadas viram as suas marginais desenvolvidas de forma desarticulada, é por isso que esta é uma obra metropolitana para o cidadão metropolitano”, considerou Narciso Miranda.

A nova marginal de Matosinhos Sul é a primeira obra no País a ficar concluída no âmbito do Programa Polis, tendo sido investidos cerca de 10 milhões de euros, num esforço conjunto da

autarquia e da entidade gestora.

O autarca de Matosinhos fez um balanço positivo da empreitada, lembrando que “numa altura em que se lançam sobre os autarcas tantos anátemas de despesismo e política do betão que melhor exemplo do que esta obra? Aqui apenas houve menos de quatro por cento de agravamento do custo.”

ODEMIRA

AUTARQUIA PARTICIPA NAS JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO

No próximo dia 29 de Setembro, o concelho de Odemira vai associar-se às Jornadas Europeias do Património, com a realização de uma visita ao núcleo antigo de Vila Nova de Mifontes e comemoração dos 400 anos do Forte de S. Clemente.

O Executivo socialista participa neste evento promovendo uma visita guiada pelo centro histórico de Mil Fontes acompanhada por um historiador local e com início às 10h30 na Junta de Freguesia. A visita terminará na Barbacã, a praça frente ao Forte de S. Clemente, que celebra este ano 400 anos do final da sua construção e para assinalar esta data, será descerrada uma lápide alusiva.

FELGUEIRAS

MUNICÍPIO ADERE AO SISTEMA DE RECOLHA SELECTIVA DE PAPEL

O Executivo socialista da Câmara de Felgueiras em parceria com a SUMA (Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA) aderiu ao sistema de recolha selectiva de papel/cartão nas instalações do município.

As preocupações ligadas à protecção das condições ambientais são os motivos que estão na origem da introdução deste sistema em

Felgueiras.

Esta iniciativa vai ser viabilizada através da disponibilização de condições logísticas e de um plano de formação alargado, cuja temática envolve informações específicas sobre os produtos a serem reciclados. O objectivo desta acção passa pela participação dos colaboradores da Câmara em esquemas de triagem por forma a que todo o

papel e cartão utilizado no dia-a-dia seja encaminhado para valorização através da reciclagem.

Para além de contribuir para o aumento dos índices de reciclagem, esta acção cumpre, uma missão de carácter pedagógico, associada à importância da autarquia em assumir uma postura de referência perante a população de Felgueiras.

O comportamento da Comissão Europeia foi até agora totalmente laxista, no que diz respeito à evolução das finanças nacionais, em período de crescimento económico. Com esta atitude foram anuladas ou diminuídas, de maneira significativa, as possibilidades de fazer funcionar, em período de necessidade, os chamados estabilizadores automáticos.

O conhecimento que se vai tendo da evolução da economia portuguesa durante o corrente ano não pode surpreender ninguém.

Em primeiro lugar, porque a nossa economia não é independente do que se verifica na economia europeia.

Em segundo lugar, porque a escassa margem de manobra de que dispunha o país, foi incompreensivelmente desbaratada por uma política de gestão de expectativas desastrosa, levada a cabo pelo actual Governo.

A sra. dra. Manuela Ferreira Leite, actual ministra das Finanças, não desconhecia nenhuma destas realidades e sendo indiscutivelmente uma pessoa bem informada, não tem perdão por ter cedido à tentação (porventura demasiado humana) de colocar os seus sentimentos pessoais de profunda antipatia pelos socialistas acima do interesse nacional.

Apesar de tudo estar a correr mal, o Governo reafirma a vontade de cumprir a exigência feita pela a União Europeia de não violar, pelo segundo ano consecutivo, o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Isto significa que o défice público deste ano se deve fixar em 2,8 por cento do PIB ainda que para tal seja necessário vender ao desbarato os poucos "anéis" que ainda nos restam. O aumento da taxa do IVA foi, sob o ponto de vista da receita fiscal, um completo desastre e um insucesso, a luta contra a evasão e fraude fiscais e um esforço sério de recuperar impostos em dívida parecem relativamente paralisados.

Resta-nos pois a tolerância da Europa facilitada pelo comportamento, também pouco exemplar, de alguns dos nossos principais parceiros na União, que têm força e talento para mudar a ortodoxia financeira da Comissão.

O resultado das eleições alemãs, embora contrariando as expectativas partidárias do PSD e do PP, acaba por ser uma benesse inesperada para o Governo de Portugal.

Com efeito, dificilmente se poderá desligar o êxito eleitoral dos social-democratas alemães, do anúncio informal, que corre nos corredores de Bruxelas e de Estrasburgo, sobre o adiamento por dois anos da "obrigatoriedade" de atingir o pleno equilíbrio orçamental.

Diga-se, em abono da verdade, que a fixação de uma nova data (2006) - a confirmar-se - vale o que vale, ou seja exactamente o que valia a fixação do cumprimento do objectivo no ano 2004. No estado actual das perspectivas económicas para a Europa é tão arriscado falar em 2006 como o fora falar em 2004 e, se houvesse milagres, até poderia ser possível fixar o novo objectivo em 2005.

O que interessa não é, portanto, esta reflexão acomodaticia da Comissão à forma como vai evoluindo a situação política europeia. O que deve estar em causa é, sim, a preocupação/necessidade de eliminar em definitivo um cenário de autênticas sombras e de verdadeiros equívocos em que a Europa se tem envolvido relativamente à saúde das suas finanças públicas.

Ninguém, em seu normal juízo, pode ou deve questionar a necessidade de consolidação das finanças públicas, nos países que integram a União Económica e Monetária.

Trata-se de uma inequívoca exigência do advento da moeda única.

São pois necessárias regras, procedimentos, limitações e, se calhar, sacrifícios.

Só que a cura não pode ser simultaneamente a morte do doente.

O comportamento da Comissão Europeia foi até agora totalmente laxista, no que diz respeito à evolução das finanças nacionais, em período de crescimento económico. Com esta atitude foram anuladas ou diminuídas, de maneira significativa, as possibilidades de fazer funcionar, em período de necessidade, os chamados estabilizadores automáticos.

Isto não tem sentido pois é, exactamente, em período de dificuldades que mais compete ao Estado assumir um papel de motor na recuperação económica.

Acresce que nem todos os países têm exactamente as mesmas condicionantes para a boa execução de uma correcta política de finanças públicas. Tão importante como os défices orçamentais é o conjunto dos compromissos financeiros assumidos à margem dos orçamentos, o nível da dívida pública e a sua trajectória evolutiva, o défice social dominante em cada país e as consequentes

VISTO DE BRUXELAS

UMA NOVA OPORTUNIDADE

necessidades de financiamento do crescimento económico.

Existem estudos idóneos que comprovam que um défice de 2 por cento em Portugal é equivalente, e exige os mesmos sacrifícios, que o equilíbrio financeiro absoluto na Bélgica; isto, naturalmente, em consequência das diferentes dimensões de todas as componentes macroeconómicas e financeiras nos dois países.

Ora só há uma forma de tratar equitativamente situações diferentes, que é a de as tratar com juízos desiguais quanto à oportunidade e à eficácia.

O reconhecimento desta realidade, que parece estar em curso (com algumas cautelas) na União Europeia, vai constituir uma preciosa ajuda para o actual Governo, mas, reconheça-se, acaba por ser muito positivo para o interesse nacional.

Vai também significar que não foram, na sua essência, incorrectas as políticas orçamentais dos Governos socialistas, pois tais políticas respondiam, afinal, ao verdadeiro estado de desenvolvimento económico e social do país. Aos que afirmavam que o actual Governo teria que defrontar exigências e condições extremamente adversas no domínio orçamental, sempre respondi, que na altura própria, a União Europeia daria uma ajuda.

Não se trata da sorte que acompanha os audazes; é sobretudo a fortuna que, no curto prazo, bafeja os que são inconvenientes.

Não é, contudo, certo que o actual Governo tenha capacidade para agarrar esta nova oportunidade



MANUEL DOS SANTOS



CONSTRUIR UM OUTRO FUTURO



JOSÉ LEITÃO

Estamos a iniciar uma nova fase da vida política nacional para a qual o PS se tem vindo a preparar de forma serena e sistemática. A revisão dos estatutos e da declaração de princípios, bem como o próximo Congresso criam condições, se todos tivermos bom senso e sentido das responsabilidades, para que o PS possa iniciar um diálogo mais profundo com todos os cidadãos e comece sistematicamente a desenhar políticas alternativas e a enraizá-las na sociedade. Caminhos para uma situação difícil em termos nacionais. O Governo está a transformar a questão do equilíbrio orçamental numa crise económica que veio potenciar a fragilidade da nossa economia. É importante estarmos atentos à forma como se irão processar as privatizações de algumas empresas em áreas estratégicas para evitar que centros de decisão essenciais passem para controlo estrangeiro e se accentue o processo de periferização e subalternização de Portugal no quadro peninsular. A forma irresponsável como têm sido tratados “dossiers” como o aeroporto da Ota só contribui para agravar esta tendência. Tudo isto se não for combatido com eficácia terá reflexos negativos nas condições e qualidade de vida dos trabalhadores portugueses. O Código de Trabalho não é solução para a necessidade de criar uma dinâmica de recuperação da economia portuguesa. Não é aumentando a precaridade e diminuindo os direitos e garantias dos trabalhadores que

É importante estarmos atentos à forma como se irão processar as privatizações de algumas empresas em áreas estratégicas [...]

se mobiliza a sua capacidade criadora e a vontade de fazer um trabalho bem feito que contribua para aumentar a produtividade. Só respeitando os trabalhadores como pessoas e como cidadãos é que será possível desenvolver um ambiente social pluralista, estimulante e inovador. É preciso combatê-lo com determinação não apenas pelo enorme retrocesso social que comporta, mas seria bom que o fazessemos em nome de um futuro diferente daquele que nos oferece a política do Governo do PSD/PP. Um outro futuro assente no investimento, na qualificação permanente do *capital humano* e na inovação social e tecnológica. Demos passos importantes neste sentido nos governos socialistas, em áreas como a formação profissional, a educação, a cultura, a sociedade da informação, e devemos ter orgulho no que fizemos, mas não se trata apenas de fazer mais do mesmo. Valerá a pena a este respeito voltar a ler Riccardo Petrella para ver em que erro e acertou, no seu ensaio, *Reflexões sobre o futuro de Portugal (e da Europa)*, em que procurou de forma prospectiva responder à questão «Pequeno país do mundo e periferia da Europa, poderá Portugal ser senhor do seu futuro?», editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1990.

Muitas das reflexões continuam a ser estimulantes. Continuamos a ter necessidade de centrar o nosso desenvolvimento nos recursos humanos e numa sociedade civil eficaz, «inteligente», participativa, que seja uma base sólida para a inovação social e para novas actividades económicas. Se assim não acontecer os portugueses voltarão a ter de novo de emigrar, mesmo que isso hoje seja menos dramático que nos anos 60. O esforço colectivo de aprendizagem colectiva, qualificação e participação cívica é também a única forma de enfrentar de forma positiva o impacto que resultará da adesão à União Europeia de Estados como a Polónia, a Hungria e a República Checa.

Propor um outro futuro parece-me poder ser uma ideia estruturadora de um programa a construir desde já num diálogo sereno com os elementos dinâmicos da sociedade e com todos os sectores das diferentes esquerdas e da não-direita, expressão de Eduardo Lourenço que valerá a pena voltar a usar para designar aqueles que não se reconhecendo à esquerda aspiram igualmente a participar na construção de um outro futuro para Portugal.

UMA NOVA FRONTEIRA: A QUESTÃO DEMOCRÁTICA



MIGUEL CABRITA

Os recentes acontecimentos, um verdadeiro “caso Portas” cuja teia se tece cada vez mais longe da obscura Universidade Moderna, mostram da forma mais dolorosa como o tema da *democracia radical* – ou seja, a defesa e aprofundamento da democracia e das suas práticas e instituições – é uma causa fundamental para o futuro da esquerda.

É hoje indiscutível que a emergência de partidos populistas de direita com expressão eleitoral significativa e reconhecidos como parceiros legítimos pela direita tradicional de matriz liberal ou conservadora é um dos fenómenos mais marcantes dos anos recentes da política europeia. Sobretudo quando, em vários países, esta nova direita radical conseguiu impor-se como fiel da balança e foi com os seus votos, personagens e programas que foi possível a viragem à direita que se deu um pouco por todo o continente. Este facto faz com que a “questão democrática”

deva ganhar um novo protagonismo quando pensamos no posicionamento relativo dos diferentes partidos políticos. Um protagonismo que não deixa de ser irónico em regimes de democracia parlamentar com pelo menos décadas de existência e que sobreviveram à guerra fria.

Num primeiro eixo de divisão, a própria aceitação ou rejeição do regime democrático é um dos critérios que permitem pensar o mapa político. Mas dada a natureza das regras do jogo, elas próprias democráticas, esta distinção concretiza-se, numa malha mais fina, na forma como os partidos e os políticos se relacionam com a democracia e a utilizam enquanto referente da sua prática política.

Por outras palavras, está em causa saber se apenas a *aceitam* como dado adquirido, com maior ou menor entusiasmo, mas sobretudo enquanto um conjunto de regras processuais, procedimentais e formais essencialmente marginal à sua matriz política, ou se a *defendem* como referência ética cujo valor não se resume à observação de determinados modelos de procedimento, mas antes como categoria meta-política que tem um lugar, mais ou menos central, nas suas preocupações e actuação.

Quando a retórica da “crise da democracia” é uma justa preocupação que veio para ficar na agenda social, esta distinção ganha uma pertinência dramática. Tal preocupação é bem ilustrada pelos temas da quebra generalizada dos índices de confiança e de participação dos cidadãos, ou ainda pelas temáticas da pós-democracia, como a preocupação crescente com a opacidade e a tecnicidade extremas da política e a relação entre democracia e mercados. Ora, em tal cenário, esta nova divisão torna-se quase tão fundamental como a divisão entre esquerda e direita, porque se gera uma ainda menos visível linha que separa aqueles que defendem intransigentemente a democracia e pretendem garantir a sua efectividade, qualidade e sustentabilidade para além de jogos táticos em torno de ganhos e perdas eleitorais conjunturais, e aqueles que estão dispostos a jogar as regras do jogo sem estar demasiado preocupados com os efeitos das suas acções sobre o presente, e em particular sobre o longo prazo dos regimes democráticos.

É inquestionável que o novo populismo de direita está situado no último campo. Os populistas fazem o discurso anti-sistema, não para reformar eventuais fraquezas das democracias europeias mas para delas tirar partido, numa espiral de descredibilização da política e da democracia que mais não faz do que provocar a erosão desta – erosão essa de que o populismo, perversamente, se alimenta. Apostam numa crítica radical àqueles a que chamam os “políticos”, ou “classe política”, adoptando com

É difícil precisar, neste momento, qual será a real dimensão das consequências do caso Portas e do lamentável comportamento deste em todo o processo sobre a confiança dos portugueses naqueles que os representam, e sobre a imagem dos políticos e da democracia.

freqüência uma distinção nós/eles para se referir a esse suposto grupo, supostamente homogéneo, de gente quase sempre perigosa e suspeita.

Tratam, além disso, o eleitorado como um gigantesco mercado cujos despojos querem, antes de mais, partilhar a todo o custo. Para isso, constroem o seu discurso a partir de promessas localizadas e imediatas, quase sempre demagógicas, muitas vezes desconexas e contraditórias entre si, e não raro perfeitamente irrealis. Estas promessas, centradas nas preocupações de grupos específicos da população, estigmatizam outros grupos sem grandes problemas de consciência e não têm qualquer preocupação nem com os equilíbrios sociais nem com os efeitos deste tipo de actuação.

Por outro lado, tudo isto é temperado com uma estratégia de mediatização extrema, cujo sucesso é amplamente facilitado pelo tipo de discurso que adopta.

O caso português, protagonizado primeiro por Monteiro e depois pelo seu criador e rival, ilustra com maior ou menor grau, cada um destes elementos. Aliás, é curioso verificar como o discurso eleitoral da direita e a prática do Governo nestes meses de fúria (contra)reformista liberal e conservador na prática obliteram a reforma do sistema político como preocupação. Mas o verdadeiro problema que se coloca a todas as formações partidárias que valorizam a democracia é saber exactamente o que fazer perante isto. E a questão a que urge responder é em que lado da barricada se coloca o PSD.

Em Março, o PSD coligou-se, com toda a legitimidade perante os resultados eleitorais, com o CDS. E, sendo evidente que Paulo Portas não reúne as condições mínimas para continuar no desempenho das suas funções, o Governo não está necessariamente em causa depois do caso Portas.

Mas ao legitimar a actuação deste, ainda que a contragosto; ao não exigir os esclarecimentos que obviamente são indispensáveis e a correspondente actuação em conformidade do seu parceiro de coligação; ao pactuar com a ridícula fuga em frente, para a TVI da informação (?) da vida real e para as ruas cheias de uma “maioria” silenciosa trazida de todo o país nuns quantos autocarros, em última análise o PSD está a fazer um péssimo serviço à democracia – já para não falar do serviço que faz a si próprio a prazo comprometendo-se com este tipo de actuação.

É difícil precisar, neste momento, qual será a real dimensão das consequências do caso Portas e do lamentável comportamento deste em todo o processo sobre a confiança dos portugueses naqueles que os representam, e sobre a imagem dos políticos e da democracia. Mas é evidente que há aqui uma factura que todos teremos de pagar, e que pagaremos bem caro. Não se poderá exigir a Portas que partilhe integralmente de uma ética republicana do exercício do poder; mas é forçoso que todos os actores políticos, e todos sem excepção, exibam um respeito mínimo pela confiança dos cidadãos naqueles que os representam, porque esta é, em última instância, a garantia da sustentabilidade do sistema democrático e, em parte, da sua própria legitimidade.

O que o caso Portas demonstra é que há um momento em que há uma escolha ética de fundo que não pode ser condicionada pela miragem de manutenção do poder. Uma escolha que pode ser difícil e custosa, mas que tem de ser feita, sob pena de legitimar este populismo de vão de escada e de o transformar num padrão de comportamento visto como normal e aceitável. E sob pena de comprometer com este triste espectáculo todos aqueles que com ele não rompem agora, enquanto ainda é tempo.

Nem é preciso invocar aqui o elevado padrão ético dos ministros dos governos do PS no passado, em situações bem menos graves que esta. Nem vale a pena lembrar a penosa incoerência entre o Portas ministro, acusado pelos factos e de cabeça perdida, entre o silêncio ensurdecedor, as poses de ofendido e a gritaria de papelada na mão, e o Portas inquisidor que persegue e apossava de forma implacável ministros, como director de um jornal e mentor de um projecto político – quando defendeu, até ao excesso, uma pidesca postura que fez o favor de amplamente documentar nos seus editoriais.

Basta invocar os padrões mínimos de uma ética do exercício do poder em democracia. É perante esses que Durão Barroso tem, com toda a urgência, de se pronunciar inequivocamente.

O sr. Bush dirige-se às Nações Unidas com arrogância e com um tom ameaçador do género "ou estão comigo, ou eu trato um por um!". Ameaçando os menos desenvolvidos de que, caso não apoiem os Estados Unidos, podem esquecer as ajudas solidárias e humanitárias...

Li e voltei a ler. Não queria acreditar. O sr. ministro dos Negócios Estrangeiros Português manifestou apoio à Casa Branca na sua intenção de atacar o Iraque. Não sou *naífa* ponto de esperar um acto de rebeldia do nosso Governo perante os Estados Unidos. No entanto, esperava moderação, bom senso e talvez uma daquelas respostas tão politicamente correctas que dá para tudo. Mas não. A declaração de apoio é inequívoca. O sr. Bush dirige-se às Nações Unidas com arrogância e com um tom ameaçador do género "ou estão comigo, ou eu trato um por um!". Ameaçando os menos desenvolvidos de que, caso não apoiem os Estados Unidos, podem esquecer as ajudas solidárias e humanitárias... E, perante este cenário, Portugal apressa-se a fazer uma declaração, mesmo antes de muitos dos países do Terceiro Mundo.

Mas o Governo português apoia o quê? Apoia um ataque ao Iraque porque existem suspeitas de posse de armamento nuclear e biológico? Então em relação aos países sobre os quais não existem suspeitas, mas existe a certeza de posse de armamento nuclear, como Israel, Paquistão, Índia, França, Inglaterra e os próprios Estados Unidos? Claro que o sr. ministro prontamente responde que estes países são de confiança e não representam ameaças! E eu pergunto ao sr. ministro qual foi o único país que até hoje utilizou armas nucleares? Pois é, sr. ministro, foram os Estados Unidos no Japão. Lembra-se?

Apoia um ataque ao Iraque porque o Sr. Blair tem provas de que elementos do Bin Laden treinaram no Iraque? Os pilotos do 11 de Setembro aprenderam a pilotar nos próprios Estados Unidos. E que fazer às anteriores administrações americanas e inglesas que financiaram e colaboraram com o regime talibã?

Apoia porque o ataque de 11 de Setembro tem de ser vingado. E não será que esta vingança traz ainda mais insegurança aos cidadãos dentro dos próprios Estados Unidos, criando uma paranóia nacional de receio, como foi exemplo a mulher que esta semana suspeitou da preparação de um ataque terrorista por três jovens que ela viu a conversar num restaurante. Esta suspeita mobilizou o país (EUA) durante um dia inteiro, com perseguições policiais vigiadas por todos os canais televisivos a transmitir directos sobre o caso. E afinal tudo não passava de três pobres coitados inocentes estudantes! Um gesto menos feliz e estes jovens americanos tinham sido mortos sem saberem porquê.

Apoia os tais já nossos conhecidos *danos colaterais*, que no léxico comum quer dizer a morte de inocentes?

Estou nos Estados Unidos desde de Julho e todos os dias, sem excepção, o ataque ao Iraque tem estado na ordem do dia, com a administração Bush a insistir na necessidade do ataque, perante várias vozes discordantes, inclusive de vários republicanos. Não é por acaso que a Casa Branca não quer ouvir o Congresso Americano. Mas tal como nós temos assistido a este debate, também

O Governo apresenta um anteprojecto de Código do Trabalho, que é uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores, e que visa consagrar ao trabalho sem direitos, precário, em que todo o poder passa para o lado dos empresários.

Na última campanha eleitoral para as legislativas, o PSD e Durão Barroso, bem secundadas pelo PP e Paulo Portas, qual aves agoirentas, agitaram e enganaram o eleitorado, vendendo a ideia de que tudo estava mal, que o País estava parado e de tanga, e que por isso era preciso mudar, prometendo mundos e fundos aos reformados, trabalhadores, empresários, rurais e a todo o eleitorado que tinha voto para dar.

Passados que são alguns meses de governação é já evidente pelas medidas entretanto tomadas que tudo não passou de uma gigantesca fraude eleitoral. Apanhados no poder, e agitando o papão de défice público, esquecem as promessas, fazem o seu contrário, alterando tudo o que estava bem para mudar para muito pior, prejudicando as classes mais vulneráveis, e transformam uma crise orçamental numa crise económica.

Acabam com o crédito bonificado à habitação, retirando a milhares de jovens com poucos rendimentos a possibilidade de adquirir casa própria, lançando a construção civil numa crise com graves reflexos na economia em geral, ao mesmo tempo que anunciavam que a aposta era no relançamento do mercado de arrendamento, com apoio aos jovens, que se traduz na prática num subsídio aos senhores.

Depois de prometerem na campanha uma baixa de impostos, o tal choque fiscal, mal chegaram ao Governo aumentaram o IVA, e depois iniciaram uma campanha contra os trabalhadores da Função Pública, lançando a incerteza e o medo, instituindo os supranumerários, mas não se coibindo de admitir à socapa mais funcionários com o cartão dos partidos da maioria.

Alienar, privatizar e desmantelar são as palavras de ordem que animam este Governo do nosso descontentamento, que, pasme-se, está apostado em vender milhares de imóveis do Estado, património de todos, bem como já se fala na venda de monumentos nacionais, à semelhança do Sr. Berlusconi em Itália, que mais não é do que uma política terceiro-mundista.

Como se isto não bastasse, o Governo apresenta um anteprojecto de Código do Trabalho, que é uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores, e que visa consagrar ao trabalho sem direitos, precário, em que todo o poder passa para o lado dos empresários.

A ARROGÂNCIA DE BUSH

o Saddam Hussein e o povo do Iraque tem assistido. O Presidente Bush não só diz que vai atacar o Iraque, como não deixa dúvidas de que o ataque só terminará com a mudança de regime.

E durante todo este tempo o que estará a fazer o Saddam Hussein? Não acredito que a preparar uma festa de boas-vindas para os americanos e pelos vistos para essa potência militar que é Portugal!

Se o Iraque realmente tiver armas, o regime do Saddam Hussein não tem nenhuma razão para as não utilizar. Não tem nada a perder. E um dos primeiros alvos será Israel que também já disse que, no caso de um ataque, responderá imediatamente.

Ontem fui assistir a um espectáculo de música *folk* numa pequena cidade no interior do Estado de Michigan. A população local é composta por pequenos agricultores e operários da indústria automóvel. Antes de uma das canções, o cantor manifestou-se contra mais uma guerra anunciada pelos senhores de Washington. Toda a sala se levantou a aplaudir. Foi um gesto sem a euforia típica dos americanos. Em vez da euforia sentia-se emoção e medo.

Numa entrevista recente, um senador republicano chamou o Iraque de Vietname. A jornalista chamou-o à atenção para o lapso e ele respondeu "sabe, provavelmente foi um lapso freudiano. Talvez eu tenha receio de que seja um segundo Vietname para a América.". Esperemos que não seja um Vietname para todos nós.

CONSUMADA A FRAUDE ELEITORAL

É uma lei do mais retrógrado e reaccionário, que nos remete para os tempos do salazarismo.

Eleito com base numa gigantesca fraude eleitoral, este Governo de direita está a lançar o País numa recessão económica, com graves consequências no emprego, na qualidade de vida, em especial das classes menos favorecidas, e em estratos sociais como os jovens, fortemente penalizados por medidas como o fim do crédito à habitação, entre outras.

Todo este conjunto de factos extremamente negativos para o País e para os portugueses, exige do PS um esforço redobrado com vista a alertar os portugueses, nomeadamente os que votaram no PSD e PP, do logro em que caíram. É necessário esclarecer a população das verdadeiras intenções deste Governo e construir uma alternativa de progresso e justiça social ao Executivo mais retrógrado do pós-de Abril. O PS, mais uma vez, é chamado a protagonizar essa alternativa de esperança para milhões de portugueses que sentem no seu dia-a-dia os malefícios desta política neoliberal que apenas e só beneficia os mais poderosos.

ELISABETE AZEVEDO

Membro da Comissão Nacional
El.azevedo@iol.pt



ALCINO REGO

Militante nº 46054

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

O projecto de lei sobre as medidas fundamentais para garantir a eficiência e combate à fraude e evasão fiscais agendado protestivamente pelo PS sobe hoje a plenário.

Com a presença de Ferro Rodrigues e Jamila Madeira, termina no próximo domingo em Aveiro a campanha de recolha de assinaturas para a reposição do crédito jovem bonificado à habitação.

O secretário-geral do PS participa no domingo, no Hotel Altis, num Fórum temático sobre Emprego.

No sábado terá lugar a Convenção distrital autárquica do PS/Setúbal, que contará com a presença de Jorge Coelho, Paulo Pedroso e José Augusto Carvalho.

Realiza-se na próxima terça-feira a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS.

Augusto Santos Silva, em representação do secretário-geral, participa em Blakpool na Conferência do Partido Trabalhista inglês.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÕES DO PS COIMBRA

Taveiro
Prolongamento, À Rua Ferreira Leite, 40
3040-931 Taveiro
Tel: 239982433

Arganil
Rua Dr. Veiga Simões, 6 Apartado 100
3300 Arganil
Tel: 235522546

Folques
R. Dr. Padre José Leite Ventura, N.º3
3300-271 Floqus
Tel: 235204230

Carapinheira
Chas de Baixo - Carapinheira
3140-089 Carapinheira
Tel: 239689114

Cadafaz
Gois
3330 Cadafaz - Gois
Tel: 235772311

Condeixa
Condeixa-a-Velha
3150-220 Condeixa-a-Velha
Tel: 239942830



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados